

# ANÁLISE DA CONJUNTURA



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



**INTERNACIONAL**

**ESTADO**

**POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA**

**JUDICIÁRIO**

**SEGURANÇA PÚBLICA**

**SOCIAL**

**ECONOMIA**

**FEDERALISMO**

**TERRITORIAL**

**COMUNICAÇÃO**

**MOVIMENTOS SOCIAIS**



# APRESENTAÇÃO

O *Boletim de Análise da Conjuntura* de junho da Fundação Perseu Abramo, em sua seção **Internacional**, traz informações sobre a política estadunidense atual, que tem como prioridade a proposta de reeleição de Donald Trump como presidente. E também a respeito da nova eleição municipal em Istambul, na Turquia, dos processos eleitorais em 2019 na América Latina e da mobilização popular em Honduras.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é o tema da seção **Estado**, pois esteve no centro das ofensivas contra as empresas estatais brasileiras. O veto presidencial à nomeação do novo diretor de mercado de capitais, Marcos Barbosa Pinto, foi seguido pela demissão do presidente do banco, Joaquim Levy, e culminou na elaboração de uma proposta legislativa que retira do maior banco público de financiamento de longo prazo do país os recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Em **Política e opinião pública** os fatos em análise são as derrotas do governo Bolsonaro no Congresso e as medidas que o Executivo tem adotado na tentativa de viabilizar seu protagonismo.

A atuação vexatória do Supremo Tribunal Federal (STF), que não salvou o Brasil do golpe, está em pauta na seção **Judiciário**. Ao ignorar a aberração jurídica da prisão de Lula, a suprema corte brasileira nega também o seu papel institucional, e, mais uma vez, se apequena aos ventos sombrios que teimam em soprar no país.

Em **Segurança Pública** são abordados os principais dados do *Atlas da Violência de 2019*, que revelam um cenário de violência com foco nas populações mais vulneráveis. As políticas do governo caminham no sentido de piorar este quadro.

Na área **Social**, o boletim traz uma análise dos últimos dados do mercado de trabalho a partir da Pnad Contínua e das mudanças no projeto da re-

forma da Previdência trazidas pelo voto do relator da Comissão Especial.

Na seção de **Economia**, depois de um primeiro trimestre desastroso, com o PIB encolhendo 0,1%, há sérios indicativos de que no segundo trimestre a anemia deverá se repetir. Não se descarta inclusive uma “recessão técnica”, ou seja, dois trimestres seguidos com encolhimento da produção.

Em **Federalismo**, está colocado que frente às dificuldades de caixa, prefeitos e governadores buscam novos recursos, entre eles a distribuição a estados e municípios de parte do montante a ser arrecadado com o bônus de assinatura no leilão do excedente do pré-sal. A ampliação do Fundo de Participação dos Municípios em 1% é outra aposta de prefeitos. Além disso há o debate acerca da prorrogação dos atuais mandatos municipais para a coincidência das eleições em 2022, que tem despertado o interesse de mandatários, apesar das dificuldades no parlamento e a posição contrária do PT.

A análise **Territorial** aborda o impacto da expansão das legislações estaduais que flexibilizam a questão fundiária na Amazônia Legal. Destaca ainda o enfraquecimento da política pública de agricultura familiar no governo Bolsonaro, a exoneração do presidente da Funai e a volta da função de demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura.

Em **Comunicação**, uma análise das repercussões nas redes sociais, na imprensa tradicional brasileira e na mídia internacional do escândalo que envolve o ex-juiz Sergio Moro e procuradores da força tarefa da Operação Lava Jato depois que vieram a público conversas entre Moro e Deltan Dallagnol no site Intercept Brasil.

Por fim, em **Movimentos Sociais** está uma análise da greve do dia 14 de junho, que envolveu trezentas cidades e 45 milhões de pessoas, além de indicar a perspectiva de uma nova mobilização no dia 12 de julho.

# INTERNACIONAL



*A seção traz informações sobre a política estadunidense atual, que tem como prioridade a proposta de reeleição de Donald Trump como presidente; a nova eleição municipal em Istambul, na Turquia; os processos eleitorais em 2019 na América Latina; e a mobilização popular em Honduras.*

## Processos eleitorais e mobilizações pelo mundo

### Reeleição de Trump

Em 18 de junho, o presidente dos Estados Unidos, o republicano Donald Trump, lançou oficialmente sua candidatura à reeleição presidencial prevista para ocorrer em novembro de 2020. O anúncio ocorreu em Orlando, na Flórida, apesar de esta ser uma cidade cuja maioria não endossa o discurso dele, pois possui grande número de imigrantes e tem uma comunidade LGBTQI+ atuante. O lançamento da candidatura de Trump não passou despercebido e foi alvo de protestos que se concentraram em torno de um bar LGBTQI+, o Stonewall Bar.

O slogan anunciado, “*keep America great*” (mantenha a América grande) demonstra que o nacionalismo continuará a marcar o discurso de Trump na próxima campanha eleitoral, bem como nada sugere que suas posturas machistas, homofóbicas, belicistas e xenofóbicas irão mudar.

As pesquisas eleitorais indicam que atualmente a maioria dos americanos prefere os democratas a Trump. Por exemplo, de acordo com a pesquisa realizada pelo canal “trumpista” Fox News, se a eleição

fosse realizada hoje, o democrata Bernie Sanders venceria Trump, com uma folga de 9% de votos. Porém, o Partido Democrata tem até o momento 22 postulantes às suas prévias, que serão definidas durante o primeiro semestre de 2020, o que dificultará em grande medida a unidade partidária necessária para enfrentar Donald Trump.

A estratégia dele, nesse momento, inclui aumentar o tom de sua política externa que, em linhas gerais, tem boa repercussão internamente, se levarmos em consideração o projeto de seu governo. Ele tem jogado pesado com a China no tocante ao comércio e interferido de forma negativa nos conflitos do Oriente Médio sob a justificativa de ampliar a segurança dos Estados Unidos.

O México está no centro de uma questão muito cara a Trump: a imigração. É através da fronteira com o território mexicano que muitos imigrantes entram irregularmente nos Estados Unidos, vindo não somente do próprio México, mas também de outros países da América Central, como a Guatemala, Honduras e El Salvador. Uma das principais linhas da política externa de Trump foi justamente o combate

aos imigrantes e a polêmica construção do muro na fronteira, que inclusive foi o que paralisou a aprovação do orçamento do governo para 2019.

No começo de junho, Trump pressionou o atual presidente mexicano, Andrés López Obrador, eleito pelo Partido Morena (Movimento de Regeneração Nacional), para adotar políticas mais duras contra a imigração, ameaçando aumentar tarifas de produtos exportados pelo México aos Estados Unidos, começando com uma taxa de 5% e gradualmente atingindo 25%. Diante disso, o governo mexicano fortaleceu a guarda nacional na fronteira com a Guatemala, embora tenha declarado que negociou um acordo com o governo estadunidense, que também asseguraria investimentos e medidas sociais nos países ao sul do México como forma de desestimular a migração. Importante lembrar que em 2018 uma caravana com milhares de imigrantes guatemaltecos, hondurenhos e salvadorenhos, fugindo da pobreza, atravessou o território mexicano rumo ao americano e foi duramente reprimida por Trump.

No caso do Irã, que há anos é o principal adversário dos governos estadunidenses no Oriente Médio, Trump vem aumentando as tensões, principalmente desde que anunciou que retiraria os Estados Unidos do acordo nuclear. Tal acordo foi assinado em 2015, ainda quando o democrata Barack Obama era presidente, e paralisava o enriquecimento de urânio por parte do Irã em troca da suspensão de sanções econômicas ao país.

Frente à saída dos Estados Unidos do acordo e a retomada das sanções econômicas e políticas, o Irã ameaçou aumentar seus estoques de urânio enriquecido, o que não foi bem recebido por outros países que também estão no acordo, como a França e a Alemanha. Além disso, no último mês o Golfo Pérsico foi palco de incidentes que fizeram com que Trump quase autorizasse um ataque ao território iraniano. O primeiro deles foi de origem desconhecida a dois navios petroleiros, um da Noruega e outro do Japão, perto da costa do Irã, suficiente para que o governo estadunidense culpasse aquele país, ainda que nada tenha sido comprovado. O segundo foi a derrubada de um drone de vigilância dos americanos por parte dos militares do Irã, pois este estaria violando o espaço aéreo do país.

## Eleição em Istambul

No dia 23 de junho houve novas eleições para a prefeitura de Istambul, a maior cidade da Turquia. Elas tinham sido realizadas em março e o vencedor, por uma pequena margem de votos, 48,77% a 48,61%, aproximadamente quinze mil votos, foi o candidato social democrata do Partido Popular Republicano (CHP), Ekrem Imamoglu, que derrotou o candidato do Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP), apoiado pelo presidente do país, Recep Tayyip Erdogan.

Na ocasião, o AKP questionou o resultado e conseguiu judicialmente uma recontagem dos votos que, no entanto, confirmou o resultado. Em maio, a eleição foi anulada pela Suprema Corte e Imamoglu, que havia tomado posse em abril, foi destituído do cargo e novas eleições foram convocadas. Estas não deixaram dúvidas. O candidato do partido opositorista CHP foi eleito com 54% contra 45% dos votos, representando mais uma derrota política importante para o AKP e o presidente Erdogan, pois além de seu partido ter governado o município de Istambul por 25 anos, desde 1994, quando ele foi prefeito, em março também perdeu a prefeitura da capital e segunda maior cidade do país, Ancara.

## Processos eleitorais na América Latina

No dia 1º de julho, o novo presidente do Panamá Laurentino Cortizo, do Partido da Revolução Democrática (PRD), tomará posse. Ele venceu a eleição presidencial em maio, com uma margem de 33% a 31% sobre o candidato da direita, uma vez que não há segundo turno neste país. Da mesma forma, seu partido também não obteve a maioria de deputados no Parlamento e muitas negociações serão necessárias para aprovar seus projetos.

Dia 23, encerraram-se as apresentações de candidaturas presidenciais para as Primárias Abertas Simultâneas Obrigatórias (Paso), na Argentina, previstas para 11 de agosto próximo. Nove chapas foram oficializadas. As três mais competitivas têm a participação de candidatos a presidente ou a vice de representantes de diferentes vertentes do peronismo. Mauricio Macri, candidato à reeleição pela coalizão “Juntos por el Cambio”, é o único não per-

nista, mas aliou-se ao senador do Partido Justicialista (PJ - peronista), Miguel Angel Pichetto; a chapa “Frente de Todos” é encabeçada por Alberto Fernández, com Cristina Kirchner como candidata a vice, ambos peronistas, e a dupla Roberto Lavagna, que foi ministro da Economia de Eduardo Duhalde e Nestor Kirchner entre 2001 e 2005, tendo o atual governador da Província de Salta, Manuel Urtebay, do PJ, como candidato a vice-presidente na coalizão “Consenso Federal”.

Uma quarta chapa que tem possibilidade de romper a cláusula de barreira de 1,5% de votos na Paso é a “Frente de Izquierda - Unidad”, formada por vários partidos de esquerda, como o PTS, PO, IS e MST, composta pelos deputados Nicolás del Caño e Romina del Plá. As demais, que se situam da direita à esquerda, são incógnitas.

O primeiro turno está previsto para ocorrer em 27 de outubro, no mesmo dia que as eleições presidenciais no Uruguai e uma semana depois das eleições na Bolívia. Nestes dois já se verificam métodos de comunicação e fake news fartamente utilizados nas disputas eleitorais mais recentes como Estados Unidos, Inglaterra e Brasil, embora as pesquisas eleitorais indiquem que, respectivamente, os partidos governistas, Frente Amplia e MAS - ISP, estão em primeiro lugar na preferência dos eleitores.

Por fim, em agosto está previsto o segundo turno

das eleições presidenciais na Guatemala, onde a candidata Sandra Torres, da “Unidad Nacional de la Esperanza”, saiu na frente na recente disputa do primeiro turno. Ela é esposa do ex-presidente Álvaro Colóm, que governou o país entre 2008 e 2011 e que após a redemocratização do país foi o governante que mais se aproximou das políticas social democratas. Devido ao parentesco com Colóm, Sandra foi impedida judicialmente de participar da eleição em 2011. Em 2015, conseguiu disputar, mas chegou em terceiro lugar no primeiro turno e agora poderá se eleger.

### **Mobilizações em Honduras**

As greves de professores e trabalhadores da saúde contra os planos de privatização das políticas públicas do ilegítimo presidente do país que venceu as duas últimas eleições por meio de fraudes, Juan Orlando Hernández, do Partido Nacional (conservador de direita), se transformaram em grande mobilização popular pela sua destituição, inclusive com a participação das forças policiais do país que também aderiram à greve.

Por ora, ele tem se mantido no governo graças ao apoio das Forças Armadas e dos Estados Unidos que possui uma importante base militar em Honduras e cuja embaixada tem sido pródiga em se imiscuir na política local.



*No último mês o governo Bolsonaro protagonizou diversas tensões institucionais entre os três poderes, revelando um padrão problemático de relação do Executivo com o Legislativo e o Judiciário e explicitando um modelo de governança caracterizado pela instabilidade e pela polarização. Essa fragilidade se evidenciou recentemente, em função das alterações impostas pela Câmara dos Deputados à reforma administrativa do Estado e aos questionamentos sobre o decreto de porte de armas. O tensionamento institucional tem atrasado a tramitação e dificultado o apoio a propostas caras ao governo, como é o caso da reforma previdenciária.*

## A ofensiva contra o FAT, o BNDES e o financiamento de longo prazo

Neste mês o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) esteve no centro das ofensivas contra o Estado e as empresas estatais brasileiras. O veto presidencial à nomeação do novo diretor de mercado de capitais, Marcos Barbosa Pinto, foi seguido pela demissão do presidente do banco, Joaquim Levy, e culminou na elaboração de uma proposta legislativa que retira do maior banco público de financiamento de longo prazo do país os recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tudo temperado com pitadas de perseguição ideológica contra a existência de uma suposta “caixa-preta” do banco criada ao longo dos governos petistas para financiar iniciativas de esquerda dentro e fora do país.

Para além dos delírios ideológicos e persecutórios do atual governo, tais iniciativas aceleram e aprofundam o desmonte iniciado no governo Temer, quando o BNDES foi afrontado por meio de mudanças na taxa de juros de longo prazo (TJLP), pela obrigatoriedade de devolução de recursos ao Tesouro, pela venda de participações acionárias do BNDESPar e pela reorientação estratégica que

sistematicamente tenta converter o banco de investimentos em mera agência de privatizações e modelagem de PPPs (parcerias público-privadas).

Como se sabe, o BNDES é um dos principais bancos de desenvolvimento do mundo. Sua história está ligada a uma ampla variedade de missões. A infraestrutura foi sua missão fundadora, depois vieram a consolidação da industrialização, a inserção competitiva global, o incentivo ao avanço das exportações, entre outras.

Para que o BNDES pudesse cumprir com sucesso suas sucessivas missões, a Constituição Cidadã de 1988 buscou equipar o banco com uma fonte de recursos estável, qual seja: uma parcela de 40% das receitas do FAT.

Esse arranjo teve dupla finalidade, de um lado, propiciou uma fonte de recursos estável, condição essencial para um banco de desenvolvimento financiar projetos que mobilizam grandes volumes de recursos e extensos prazos de maturação; de outro lado, propiciou ao próprio FAT um ambiente de maior estabilidade, dado que o BNDES gera re-

torno para o próprio Fundo pelo pagamento de juros, que ajudam a sustentar o seguro-desemprego, o abono salarial e a qualificação profissional.

É nesse cenário que se insere a mais nova investida contra o BNDES proposta pelo novo relatório de reforma da Previdência apresentado pelo Legislativo, em consonância com o desmonte levado a cabo pelo Executivo. A indicação de mudança no artigo 239 da Constituição Federal visa retirar 40% da arrecadação do FAT como componente das fontes de recursos do BNDES.

Em reação, ex-presidentes e funcionários do banco lançaram nota em que afirmam: “soa estranho que a proposta de reforma da Previdência preveja o desvio dos recursos do FAT para outros fins. Independentemente de seus méritos e da maneira como está sendo executada, a reforma tem o objetivo declarado de reduzir as despesas previdenciárias para tornar o gasto público estruturalmente alinhado com as receitas tributárias. O desvio do FAT para a Previdência não atende de nenhuma forma a tal objetivo, pois não mexe nas suas despesas. Além disso, ao enfraquecer o BNDES, a medida prejudicaria a arrecadação futura de impostos. O FAT é um arranjo virtuoso que articula um sistema de seguridade ao trabalhador – sem depender das flutuações típicas do orçamento da União – com o financiamento de projetos que, no presente, geram empregos e receita tributária e, no futuro, mais capacidade de crescimento e de geração de receitas tributárias adicionais. O FAT, portanto, é um sistema de proteção social com responsabilidade fiscal”.

De acordo com estimativas organizadas pelos próprios funcionários do BNDES, a proposta é problemática em várias frentes: investimento, emprego, infraestrutura, equilíbrio fiscal de longo prazo e bem-estar dos trabalhadores.

Segundo dados divulgados pela Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES), a mudança coloca em risco 410 bilhões de reais em investimentos nos próximos dez anos, entre recursos que deixarão de entrar no BNDES e o retorno dos empréstimos que seriam concedidos com tais recursos e poderiam ser reemprestados. Com isso, seriam sacrificados cerca de oito milhões de empregos.

Em trinta anos de existência do FAT, foram desembolsados pelo BNDES mais de 662 bilhões de reais, atendendo a mais de um milhão de empresas, em 96% das cidades brasileiras. Tais recursos contribuíram para gerar e manter dez milhões de empregos diretos e indiretos, de 1996 a 2017.

Só na infraestrutura deixarão de ser criados 5,5 milhões de empregos em dez anos. A nova proposta comprometerá a urgente recuperação da infraestrutura brasileira, que atualmente ocupa a 73ª no ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial ( pilar de infraestrutura). Para ficar entre os vinte melhores países do mundo, são necessários 450 bilhões de reais de investimento por ano nas próximas duas décadas.

Para enfrentar tal desafio, é preciso mobilizar recursos privados e públicos. A experiência internacional é cristalina em demonstrar que fontes privadas, sozinhas, não conseguem apoiar adequadamente projetos de alto retorno social e com rentabilidade financeira apenas em médio e longo prazos.

Os projetos apoiados pelo FAT foram fundamentais para o transporte urbano, beneficiam diariamente mais de 8,5 milhões de passageiros, incluindo os metrô de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, além dos sistemas integrados de Vitória e Belém, entre outras cidades. Os aeroportos concedidos à iniciativa privada atendem a mais de setenta milhões de passageiros por ano e todos obtiveram recursos do FAT para suas obras de modernização.

Mais ainda, os recursos do FAT contribuem para reduzir as desigualdades regionais. Exemplo disso é o apoio a pequenas empresas de telecomunicações, que levou internet de banda larga, TV e telefonia a centenas de municípios do interior do Nordeste. A região também foi beneficiada com o crescimento da energia eólica, cuja potência instalada de 2007 a 2016 foi quase toda financiada pelo BNDES (77%).

Além disso, a alteração sugerida também pode prejudicar a arrecadação tributária. A aplicação dos recursos do FAT pelo BNDES contribui para aumentar as receitas do governo no longo prazo, pois financia investimentos que geram empregos e tributos no presente e, no futuro, ampliam a capacidade de crescimento e geração de tributos adicio-

nais. Por exemplo, desde 2011, o BNDES mandou para o Tesouro Nacional mais de 220 bilhões de reais, resultantes da aplicação dos recursos do FAT, do pagamento de tributos e de dividendos.

O FAT também é importante para desconcentrar o setor bancário brasileiro, aumentando a competição. Os bancos comerciais de pequeno e médio porte, cooperativas de crédito e bancos de desenvolvimento regional têm dificuldade em captar recursos para empréstimo, sobretudo em depósitos à vista. Os recursos do FAT foram usados, desde 1995, por 201 agentes financeiros repassadores. Em 2018, a concentração da carteira de crédito

do sistema financeiro nacional nos cinco maiores bancos comerciais foi de 79,4%. Nos recursos do BNDES repassados pelos agentes financeiros, os cinco maiores bancos responderam por 40% das operações.

Por todos esses motivos, o arranjo econômico institucional entre FAT, BNDES e financiamento de longo prazo é fundamental para o crescimento e para o desenvolvimento econômico do país. O desmonte dessa estrutura, proposto por parte do Congresso e desejado pela maioria do governo, pode ferir de morte a capacidade de financiamento e de investimento no país.

# POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



*Em junho, os temas de análise são as derrotas do governo Bolsonaro no Congresso e as medidas que o Executivo tem adotado na tentativa de viabilizar seu protagonismo.*

## Derrotas e iniciativas do governo Bolsonaro

### Congresso

Contrariando as expectativas do governo, a Câmara dos Deputados aprovou, em 5 de junho, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Orçamento Impositivo. Foi aprovado o substitutivo apresentado pelo relator, deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO). De acordo com essa medida, o governo fica obrigado a executar as emendas parlamentares estaduais, além das emendas individuais dos parlamentares.

Com isso, perde a exclusividade da iniciativa para editar projeto de lei que defina os critérios e regras de repartição de recursos da cessão onerosa do pré-sal e altera a distribuição de recursos vigentes, reservando 30% do que for arrecadado com leilões de petróleo e da cessão onerosa do pré-sal a Estados e municípios.

As orientações do governo recomendavam austeridade, desvinculação e desobrigação das despesas orçamentárias, deixando-o livre para decidir onde gastar os recursos públicos. A derrota do governo

nessa votação foi acachapante, com 364 votos favoráveis, contra apenas dois. Todos os partidos orientaram a aprovação da PEC, inclusive o PSL, na tentativa de minimizar a derrota.

Devido às alterações sofridas, a PEC volta ao Senado para ser chancelada, mas as duas casas têm consenso quanto à obrigatoriedade da execução de emendas parlamentares das bancadas, em um montante de até 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior.

Outra medida que tramita pelo Congresso sem sucesso da equipe do governo é o texto substitutivo da reforma da Previdência, apresentado pelo deputado Samuel Pereira (PSDB-SP) na Comissão Especial da Câmara. O texto desagradou profundamente a ala econômica do governo e foi duramente criticado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, devido à retirada de temas como alterações no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e na aposentadoria rural, já esperados, mas principalmente pela exclusão da proposta do regime de

capitalização, a extensão das novas regras para estados e municípios e a criação de uma nova regra de transição para os servidores públicos. O relatório também determina que o gatilho de aumento de idade mínima tem de ser feito a partir de consulta ao Congresso e não automaticamente a cada quatro anos quando divulgada a expectativa de vida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o ministro, os deputados cederam ao “lobby dos servidores” e recuaram na regra de transição, abrindo mão de trinta bilhões de reais para servidores do Legislativo, e, para não “ficar feio”, estenderam para o regime geral. As mudanças na proposta reduziram a economia gerada com a reforma, de 1,237 trilhão de reais ao longo de dez anos, para 863,4 bilhões de reais.

Para compensar essa perda de arrecadação, o relator incluiu duas novas medidas: a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) cobrada sobre bancos e a transferência para a Previdência Social de recursos do PIS/Pasep que iam para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Isso traria uma receita extra para a seguridade social de 267 bilhões de reais, aproximando-se da economia de 1,13 trilhão de reais esperada com a reforma.

A retirada do sistema de capitalização, bem como a tributação dos lucros dos bancos, irritou Guedes, que alegou que colocar impostos sobre banco é política tributária. Ambas as medidas afetam diretamente um dos principais segmentos que elegeram seu grupo político e o mantêm, como fiador, no cargo.

Na prática, o texto mantém os pontos mais perversos da reforma e segundo técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), “a proposta continua ignorando as distorções causadas por um mercado de trabalho fortemente precarizado, ainda mais depois da reforma Trabalhista”. Para Wagner Freitas, presidente da Central Única dos Trabalhadores, manter a restrição do acesso à aposentadoria e a redução do valor dos benefícios não vai ajudar a aquecer a economia, muito menos gerar emprego e renda, como o governo diz. “A reforma continua a ser paga pelos trabalhadores”.

De acordo com as primeiras reuniões na Comissão Especial, ainda há discordâncias sobre o texto da

reforma, e as discussões devem se estender para além das previsões do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que gostaria de votá-lo na comissão até o dia 26 de junho. Porém, as festas juninas devem impedir os parlamentares da região Nordeste de comparecerem às últimas sessões, atrasando a votação final da reforma.

O Plenário do Senado também impôs uma forte derrota ao governo e rejeitou, por 47 votos a 28, o decreto do presidente Jair Bolsonaro que pretendia liberar a posse e facilitar o porte de armas no Brasil. A rejeição à proposta armamentista foi independente das bancadas e muitos senadores governistas manifestaram sua discordância com a proposta de Bolsonaro.

Segundo Jaques Wagner (PT-BA), “a bala só vai cair na mão de bandidos e milicianos para matar pobres e gente do bem”, e “o governo deveria estar se preocupando com a recuperação econômica do país e a criação de emprego”.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) foi ainda mais enfático e disse que a derrubada do decreto representa um freio na lógica de “construir milícias que podem ser utilizadas para qualquer motivo político e de qualquer natureza, para os irmãos se matarem numa guerra fratricida, que é isso que está sendo patrocinado pelo governo da República do Brasil”.

A votação ocorreu após uma semana tensa, quando os senadores que se opunham à liberação proposta por Bolsonaro foram alvo de campanha nas redes sociais e chegaram a receber ameaças de morte de bolsonaristas, na tentativa de virar o jogo. O senador Humberto Costa (PT-PE), líder do partido no Senado, solicitou que o presidente da República fosse alertado sobre as consequências da permanente incitação de sua rede de apoiadores contra instituições como o Legislativo. “O assunto é muito sério”, frisou. Humberto repudiou a campanha de intimidação. “O que se está fazendo com o Congresso Nacional é sitiá-lo”, disse.

Por fim, o projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras, que aguarda a sanção de Bolsonaro, endurece as regras para preenchimento dos cargos e prevê a escolha a partir de uma lista tríplice, pré-selecionada por uma comissão, e proíbe a indicação de políticos e parentes de políticos. Pela proposta, caberá ao Executivo estabelecer a composição e a

forma de atuar do colegiado que selecionará os nomes da lista.

O projeto, defendido pelo atual secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Marcelo Guarany, em agosto do ano passado, quando ocupava o cargo de subchefe de Análise de Políticas Governamentais, prevê maior equilíbrio entre a autonomia das agências e o fortalecimento da governança e do controle social.

Bolsonaro criticou o que chamou "superpoderes" do Legislativo e qualificou as agências regulatórias como um "poder paralelo que trava os ministérios, obrigando o governo a negociar", afirmou. Insatisfeito, Jair Bolsonaro voltou a atacar o Congresso e acusou parlamentares de tentarem reduzir seu poder, transformando-o em uma espécie de "rainha da Inglaterra". O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, diz que a crítica do presidente não corresponde ao teor do projeto aprovado. A indicação continua sendo do presidente da República.

As declarações ocorrem no momento em que o Congresso busca ganhar protagonismo, adotando uma agenda própria e já discute uma série de medidas para tentar acelerar a retomada da economia, como uma reforma tributária própria.

### Executivo – demissões nos ministérios

No mês de junho, o governo demitiu três integrantes da "ala militar". As demissões foram resultado de conflitos explícitos destes com outras alas do governo, como a ala ideológica, os ruralistas e o próprio presidente. A mais impactante foi a demissão do então ministro da Secretaria de Governo, o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz. Também foram exonerados o general Franklimberg Ribeiro de Freitas, então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), e o general da reserva Juarez Aparecido de Paula Cunha, que ocupava a presidência dos Correios.

A demissão do general Santos Cruz ocorreu após semanas seguidas de embates entre o então ministro com a ala ideológica, em especial com o filho do presidente, Carlos Bolsonaro, e com o autointitulado filósofo Olavo de Carvalho. A Secretaria de Governo concentrava, entre as suas funções, o

comando da Secom (Secretaria de Comunicação Social), alvo da ala ideológica, por concentrar contratos de publicidade, o que permitiria destinar verbas para blogs e veículos de comunicação aliados, além da própria Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Em entrevista recente, já como ex-ministro, o general da reserva afirmou que o governo Bolsonaro é "um show de besteiras". Santos Cruz foi substituído pelo general e então comandante militar do Sudeste, Luiz Eduardo Ramos.

Já o general Franklimberg Ribeiro foi demitido da Funai por pressão de ruralistas, em especial do secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Luiz Antonio Nabhan Garcia. O então presidente da Funai teria dito aos servidores, em seu discurso de despedida, que Nabhan Garcia tem ódio dos indígenas. Franklimberg já havia presidido o órgão durante o governo de Michel Temer, e também foi demitido por pressão do agronegócio.

Nos Correios, a baixa de Juarez da Cunha foi liderada pessoalmente pelo presidente Jair Bolsonaro, que anunciou publicamente a demissão, afirmando que o então presidente da empresa teria agido "como um sindicalista" ao criticar a privatização da estatal. Para seu lugar, foi nomeado o general da reserva Floriano Peixoto, que ocupava a Secretaria-Geral da Presidência. Para substituir Floriano no ministério, Bolsonaro nomeou o major da reserva da PM do Distrito Federal, Jorge Oliveira.

A troca de cadeiras entre militares em cargos importantes do governo não deve ser entendida como perda de forças do grupo no setor. Se, por um lado, a queda de Santos Cruz causou algum constrangimento à ala militar, por outro lado a entrada do general Luiz Eduardo Ramos, tão relevante quanto, que ainda conta com a relação pessoal do presidente, pode significar um peso ainda maior dos militares no governo. A ala ideológica exerce o poder de veto: demite militares, barra a nomeação de ministros, disputa poder com o vice, pressiona o Congresso e insufla as ruas.

Tal poder também incidiu sobre outra demissão no governo, a de Joaquim Levy, do BNDES. Fruto de conflito na ala neoliberal/privatista do governo o então presidente do BNDES foi atacado publicamente pelo presidente Bolsonaro, que disse que sua

cabeça estava a prêmio devido à nomeação de pessoas que haviam trabalhado nos governos petistas. Havia pressão da ala ideológica para que Joaquim Levy abrisse uma suposta “caixa preta” do BNDES. Após o ministro da Economia Paulo Guedes concordar publicamente com Bolsonaro, Levy se demitiu.

### Opinião Pública

Em meio às denúncias da atuação do ex-juiz Sergio Moro na Lava Jato (tratada nas seções dedicadas ao Judiciário e à comunicação desta edição), a popularidade do atual ministro da Justiça já começa a sofrer queda. Na última pesquisa Atlas Brasil, realizada entre 10 e 12 de junho, um dia após a primeira denúncia, a imagem positiva de Moro chega a 50,45%, dez pontos percentuais a menos que na rodada do mês anterior onde obtinha 60%.

A pesquisa também revelou que 73,4% dos entrevistados tomaram conhecimento das denúncias

da Vaza Jato, ainda que a maioria dos veículos da grande mídia, em especial a Rede Globo, tenha relutado em divulgá-la. Entre os que souberam, mais da metade ( 58%) consideram que as práticas adotadas pela dupla Moro e Dallagnol sejam incorretas para um juiz e transgridam os princípios constitucionais e do Código Penal Brasileiro.

O potencial das revelações do The Intercept Brasil desmitifica o ministro da Justiça, Sergio Moro, que perde seus superpoderes como ministro. Há fortes pressões da esquerda, OAB e agências internacionais para que Moro se afaste do cargo. Mais do que nunca Moro precisa do aval do presidente e de parte do Congresso para sua permanência e continuidade de sua agenda.

No dia em que Sergio Moro compareceu à CCJ no Senado (19 de junho), as hashtags #RatoMoroTaMelindrado e #RenunciaMoro mobilizaram o debate nas redes sociais em oposição a #DetonaTudoMoro, reforçada por parlamentares da base do governo.

# JUDICIÁRIO



*O Supremo Tribunal Federal (STF) não salvou o Brasil do golpe. Ao ignorar a aberração jurídica da prisão de Lula, a suprema corte brasileira nega também o seu papel institucional, e mais uma vez se apequena aos ventos sombrios que teimam em soprar no país.*

## Suprema corte brasileira nega seu papel institucional

O Supremo não impediu o golpe contra Dilma. Ao contrário, ajudou ao impedir a posse de Lula como ministro e referendou toda a falácia jurídica do impeachment. O Supremo não impediu que o cargo de presidente da República fosse “declarado vago” pelo Congresso Nacional em 1964. Não impediu o fechamento do próprio Congresso anos depois. Não impediu o AI-5. O Supremo nunca declarou a inconstitucionalidade de um golpe de Estado. O Supremo, quase sempre, dá “tom institucional” a toda forma de abuso que seja aceitável pelos donos do poder.

As matérias do site The Intercept Brasil tomaram conta dos jornais e das rodas de conversa na última semana. Do conteúdo das conversas entre procuradores e Sérgio Moro, o número de crimes a se investigar já é quase incontável. A farsa denunciada há anos pelo PT está mais do que comprovada, mas isso não afeta a tal “correlação de forças”.

Especialmente porque o impasse que se aproxima

em torno da Operação Lava Jato é praticamente insolúvel. De um lado, o temor daquilo que seria a maior “pizza” da história do Brasil. Imaginem se a maior “operação contra a corrupção de todos os tempos” acabasse em juízes, promotores e até ministros presos por conspiração contra a pátria? De outro lado, diante das revelações, a segunda possibilidade é a de que toda a mentira continue e a injustiça permaneça tal qual ela se estabeleceu.

No entanto, entre os dois cenários, a história do Direito no Brasil sempre preferiu o segundo.

Há de se apontar que a construção jurídico-institucional não é um fato da natureza. Ela se efetiva em disputas de poder e de força inerentes a qualquer sociedade. Em outras palavras, quem manda no jogo faz as regras. Trata-se, portanto, em certa medida, da própria sobrevivência do sistema jurídico brasileiro, cujas garantias de direitos fundamentais sempre foram deixadas de lado quando o assunto é a disputa real de poder.

Isso porque não se pode aceitar que se divulgue aquilo que historicamente se fez no Brasil. Tiradentes foi assassinado pelo Estado em função de uma delação premiada. As rebeliões populares foram barbaramente massacradas pela mão do Estado. Para além do argumento de que o Judiciário não resolverá os problemas da sociedade e da política brasileira, o que se precisa pensar é que uma instituição jamais agirá contra a sua própria sobrevivência. E por isso criaram o jornalismo.

Em um processo de divulgações de fatos mais arrepiantes que os da Vaza Jato, o jornalista Glenn Greenwald conquistou o ápice da sua carreira. Com informações que colocaram a maior república do mundo em xeque. No entanto, Snowden foi considerado um criminoso e a política americana caminhou para os braços de Donald Trump.

Assim, é necessária a compreensão de que os vazamentos não serão capazes, por si só, de afetarem a deprimente realidade jurídica de Lula e de todos os outros presos políticos da Lava Jato.

Os outros presos, os “criminosos reais” já estão, em boa parte, soltos, com suas delações devidamente homologadas pelas instituições e gozando de uma aposentadoria que jamais será a realidade da absoluta maioria da população. Sobraram alguns agentes políticos que foram pegos com dinheiro no exterior, correndo com malas, pendurando guardanapos caros na cabeça em restaurantes franceses, colecionando joias porque sequer conseguiam lavar aquele dinheiro todo. Para construir a farsa da prisão de Lula, precisaram cuidar de prender alguns bandidos reais, não todos, porque os aliados importantes não podiam ser melindrados.

A esquerda brasileira já entendeu o que significa a ideia Lula Livre. Precisa agora entender o que significa Lula preso. A liberdade e a inocência de Lula, representa, em boa medida, a queda do castelo de cartas construído pelas mãos de Moro, sob as bênçãos de boa parte do Supremo. A liberdade e a inocência de Lula significa a farsa criada em torno de Bolsonaro, que as eleições foram uma enorme mentira e que a crise econômica nada tem a ver com corrupção. É muita verdade para eles aguentarem.

Nesse processo, a defesa das instituições e das liberdades democráticas fica praticamente impossível. Isso porque já não é mais possível entender quando efetivamente começou o desarranjo institucional da República brasileira. Mas é possível entender que defender a permanência da humanidade das pessoas não é um direito, é uma pulsão de sobrevivência. E é exatamente do encontro dessa pulsão com a ideia de viver em sociedade é que nasce o Direito. E dali ele precisa florescer. O Direito jamais poderá sobreviver se seguir servindo à desigualdade, à exclusão e ao ódio. Por isso, quem segue respirando por aparelhos é a instituição Brasil e não o povo brasileiro, mesmo porque o povo conhece bem o que é dificuldade.

Os vazamentos podem servir para explorar a falácia de um sistema de vantagens e exclusões, mas não para que se faça uma faxina ou um justicamento histórico. Os vazamentos podem servir para ajudar que se entenda que a defesa da vida das pessoas é a razão de ser das sociedades, mas de forma alguma serão determinantes para isso. E só assim, o símbolo de “arminha” que sai das mãos de alguns não terá mais aplauso algum. Quem celebra a morte esqueceu o valor da vida.

O Estado moderno, para “não matar mais”, adotou o sistema prisional como ameaça física de sua força. Aos togados, cabe o dever de servir à força desse Estado. Ao se distanciarem da humanidade, se aproximam dos carrascos que puxavam a corda das guilhotinas, das forcas e de toda forma de execução pública que essa mesma humanidade já chamou de direito penal. Dessa vez, fazem diferente, mas as mãos se sujam da mesma forma. No momento em que eles ficarem constrangidos com isso, a mudança acontecerá. E definitivamente, isso não virá de forma voluntária por parte deles, ou resultado de um embaraço coletivo causado pelo mais vulgar dos vazamentos que tudo indica que ainda está por vir.

Como disse Caetano, “e aquilo que nesse momento se revelará aos povos, surpreenderá a todos não por ser exótico, mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto, quando terá sido o óbvio”.

# SEGURANÇA PÚBLICA



*Os dados do Atlas da Violência de 2019 revelam um cenário de violência com foco nas populações mais vulneráveis. As políticas do governo caminham no sentido de piorar este quadro.*

## Atlas da Violência revela um país em guerra

O [Atlas da Violência](#) de 2019 foi divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em 5 de maio de 2019.

O estudo é desenvolvido a partir de dados de 2007 a 2017 do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e divulgadas no site do Departamento de Informática do SUS (Datasus). Embora não sejam os dados mais recentes disponíveis sobre o assunto - o Monitor da Violência, parceria entre G1, FBSP e Núcleo de Estudos da Violência/USP já publicou os dados das fontes policiais para o ano de 2018 e primeiro trimestre de 2019 - o Atlas permite um nível maior de desagregação e recorte das informações e faz uma análise mais profunda sobre as causas e efeitos da criminalidade no país.

O material ainda trouxe novidades neste ano, como o recorte de violência contra a população LGBTI+. Ao todo o documento apresenta dez capítulos, sendo eles:

1. Conjuntura da violência letal no Brasil (com os custos econômicos da violência)
2. Homicídios nas unidades federativas (com comparativo dos dados da saúde e dos registros policiais)
3. Juventude perdida
4. Violência contra a mulher
5. Violência contra negros
6. Violência contra a população LGBTI+
7. O perfil dos homicídios no Brasil
8. Armas de fogo
9. Mortes violentas com causa indeterminada e qualidade dos dados
10. Por políticas de segurança pública baseadas em evidências e em uma gestão federativa

## Números Gerais

Segundo os dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2017 houve 65.602 homicídios no Brasil. São, em média, 179 mortes por dia e uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada cem mil habitantes.

Trata-se do maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país, desde o início da série, com um aumento de 20% dos homicídios na última década.

Para dimensionarmos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera epidêmicas taxas de homicídio superiores a dez homicídios a cada cem mil habitantes. A taxa de homicídios do Iraque em 2015 (ano em que o país estava em guerra e estampando várias manchetes de jornais ao redor do mundo) era a metade do que foi no Brasil em 2017.

Como conclusão geral, podemos dizer que, como outros estudos já apontam, a violência acomete uma população com recorte de gênero, classe, raça, idade e território. A grande maioria dos homicídios afeta a população preta, pobre e jovem das periferias do país.

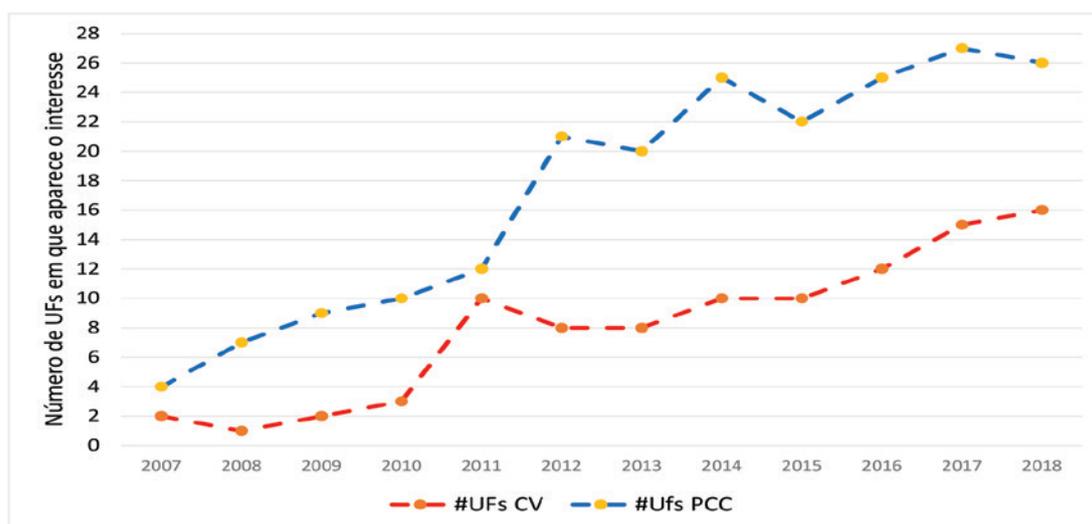
Os estados do Norte e Nordeste são os mais afetados. Enquanto a média nacional de homicídios cresceu 24% de 2007 a 2017, a taxa no Norte e Nordeste aumentou 68% no mesmo período, saltando para 48,3 vítimas por cem mil habitantes. O

Sudeste e o Centro-Oeste tiveram uma leve diminuição, e o Sul ficou estável. Estados mais violentos são AC, PA, CE, RN, PE, AL e SE.

O Atlas atribui isso à expansão territorial de facções, cujas atuações eram, anteriormente, limitadas à região Sudeste do país. Destacam-se duas em especial: o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e seus aliados regionais, como Família do Norte, Guardiões do Estado, Okaida, Estados Unidos e Sindicato do Crime. PCC e CV disputam o controle do tráfico e das cadeias do país (espaço importante para angariar mão de obra para o crime), num cenário que apresenta uma nova dinâmica de produção de cocaína. Paulatinamente à diminuição da produção na Colômbia, desde 2000, e ao aumento da participação da produção peruana e boliviana, o Brasil passa a assumir gradualmente uma posição estratégica como entreposto para a exportação da droga para a África e a Europa.

O Atlas 2019 ainda apresenta uma metodologia interessante para medir a chegada das facções aos estados do Norte e Nordeste, o Google Trends. Por exemplo, em 2007 o interesse maior sobre o PCC e o CV em pesquisas na internet se limitava a estados do Sudeste e Centro-Oeste. Já a partir de 2017, o interesse relativo pelo PCC abrangia quase todos os estados da federação e interesse pelo CV foi verificado em dezesseis unidades da federação, conforme vemos no gráfico abaixo.

Número de UFS com índices de interesse positivo sobre "CV" e "PCC", segundo o Google Trends - Brasil (2007-2018)



Fonte: Google Trends. Elaboração: Atlas da Violência do Ipea e FBSP

## Juventude

São jovens 54% das mais de 65 mil vítimas, de 15 a 29 anos. Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. É uma porcentagem bastante absurda se pensarmos que jovens representam apenas 20% da população brasileira. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada cem mil jovens no país. Observando especificamente o grupo dos homens jovens, a taxa de homicídios por cem mil habitantes chega a 130,4 em 2017. O aumento dos homicídios foi de 37,7% em dez anos. Estes índices que o Atlas denomina juventude perdida se dão exatamente no momento em que o país passa pela maior transição demográfica de sua história, rumo ao envelhecimento, o que impõe maior gravidade ao fenômeno.

## Raça/cor

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por cem mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de dezesseis. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações (negros representam 54% da população brasileira), para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos. Em Alagoas encontramos o pior cenário, onde em 2017 a taxa de homicídios de negros superou em 18,3 vezes a de não negros.

Além disso, a desigualdade racial apresenta sinais de recrudescimento. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de negros assassinados cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um crescimento bem mais lento, de 3,3%. Analisando apenas a variação no último ano, enquanto a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2%. Em termos de vulnerabilidade à violência, é como se negros e não negros vivessem em países completamente distintos.

## Mulheres

Em 2017 foram quase cinco mil mulheres mortas (treze por dia) e 66% delas mulheres eram negras. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 1,6% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9% para cada cem mil habitantes. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%.

Além disso, o Atlas traz o brutal dado mostrando que o ambiente doméstico é mais inseguro para as mulheres do que as ruas: mortes fora de casa diminuíram 3%, mas dentro de casa aumentaram 17%, revelando um aumento dos casos de feminicídio. Uso de arma de fogo nestes casos cresceu 29,8%.

## LGBTI +

Pela primeira vez a edição do Atlas faz recorte com enfoque na população LGBTI+, levantando uma questão de fundamental importância: invisibilidade desse problema sob o ponto de vista da produção oficial de dados e estatísticas. Não há, por exemplo, dados oficiais sobre o tamanho da população LGBTI+ e, tampouco, série histórica sobre a violência contra esta população. Por isso, ainda que a metodologia, neste caso, seja ainda precária (os dados são retirados dos relatórios do canal de denúncia disque 100 e PM 193), é de fundamental importância que o Atlas tenha abordado a temática.

Num primeiro relatório, o Atlas levantou que a lesão corporal de LGTBI+ aumentou em um ano (2016 a 2017) 53,8%; as tentativas de homicídio da população subiram 52%, e homicídios aumentaram 127%.

## Armas de Fogo

São por armas de fogo 72% dos assassinatos no Brasil. É um número assustador e segue crescendo, mas é importante destacar que nos catorze anos anteriores ao Estatuto do Desarmamento (do ano de 2003), os assassinatos por arma de fogo no Brasil cresciam, em média, 5,5% ao ano. Depois do Estatuto, a taxa de crescimento caiu para menos de 1% ao ano.

### A política de segurança do ministro Moro

Ao contrário do discurso do governo, a parcela da população que mais sofre com a criminalidade é composta pelos grupos vulneráveis: negros, jovens, pobres, mulheres e LGBTI+.

Os índices de criminalidade são considerados mais alarmantes do que os de países em guerra e vistos pela Organização Mundial da Saúde como uma epidemia. As armas de fogo têm papel importante nesse quadro.

As políticas implementadas pelo governo Bolsonaro caminham no sentido de piorá-lo. O decreto que libera o porte de armas (assinado pelo presidente ain-

da em maio) foi, em junho, derrubado pelo Senado e agora segue para a Câmara de Deputados.

O pacote de Moro promete aumentar o número da população prisional, o que significa, entre outras coisas, ampliar o espaço de ação do crime organizado (veem nas cadeias um espaço para angariar mais mão de obra) que, como apontou o Atlas, tem direta conexão com a criminalidade do país.

O quadro é complexo e estão em jogo dezenas de milhares de vidas por ano. As soluções devem perpassar por estudos e comprometimento com a redução da criminalidade e políticas de preservação da vida e não por discursos de mais violência e estímulo à guerra.



*Nesta seção, uma análise dos últimos dados do mercado de trabalho a partir da Pnad Contínua e das mudanças no projeto da reforma da Previdência trazidas pelo voto do relator da Comissão Especial.*

## Mercado de trabalho: subutilização bate novos recordes no Brasil

O decréscimo da economia brasileira no primeiro trimestre de 2019 (-0,2%) se soma agora a um novo recorde negativo no mercado de trabalho: a população subutilizada (28,4 milhões de pessoas) é recorde da série histórica iniciada em 2012 no trimestre de fevereiro a abril de 2019, conforme a medição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este contingente engloba as pessoas desocupadas, que desistiram de procurar emprego e que trabalham menos de quarenta horas na semana e gostariam de trabalhar mais.

Usar o dado da subutilização como referência fornece um quadro mais completo do mercado de trabalho na medida em que o número de desocupados pode vir a cair no Brasil caso pessoas saiam deste contingente por desistir de procurar emprego ou por conseguir trabalhos em poucas horas na semana. E este indicador vem crescendo desde 2015, apesar de certa estagnação na desocupação.

Mas a desocupação permanece em patamares bastante altos: a população desocupada no Brasil atingiu 13,2 milhões de pessoas nesse trimestre de fevereiro a abril de 2019, sendo a ocupada de 92,4 milhões. A população fora da força de trabalho é de 65 milhões

e as pessoas desalentadas chegaram a 4,9 milhões.

Os jovens são os mais afetados pelo desemprego. No primeiro trimestre deste ano, 41,8% da população de 18 a 24 anos fazia parte do grupo de subutilizados. Dos 48,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos de idade no Brasil, mais da metade (25,2 milhões) não havia concluído o ensino superior nem frequentava escola ou universidade.

São chamados nem, nem (nem estudam, nem trabalham) onze milhões de pessoas na faixa dos 15 aos 29 anos – cerca de 20%. É um contingente enorme que provavelmente ficará fora do mercado formal por muito tempo, apesar do número de anos de estudos.

A única proposta do governo para conter a desocupação é a reforma da Previdência, vendida como uma forma de recuperar a confiança dos investidores no governo, mas tende a desaquecer ainda mais a economia ao reduzir o poder de consumo da população.

Também, análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada mostra que 3,3 milhões de brasileiros estão desempregados há pelo menos dois anos. O número de desempregados de longo prazo é 42,4% superior ao do mesmo período de 2015, primeiro ano da recente recessão da economia brasileira.

## Reforma da Previdência

O parecer do relator da PEC 6/2019 (Reforma da Previdência) na Comissão Especial da Câmara, deputado Samuel Moreira (PSDB), propõe algumas mudanças substantivas ao projeto enviado pelo governo, condensadas na PEC 6-A/2019, como:

- retirar a proposta de capitalização (afirma que "consideramos que não é o modelo mais adequado para um país cujos trabalhadores têm baixos rendimentos, além de ter elevado custo de transição"). Aliás, até 2018, dezoito países fizeram outra reforma, revertendo total ou parcialmente a privatização da sua previdência social, algo semelhante ao que Paulo Guedes quer realizar no Brasil, com o chamado modelo de capitalização;

- não permitir mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), "considerando a importância do BPC para que milhões de idosos e pessoas com deficiência possam sobreviver com um mínimo de dignidade, optamos por não incluir no substitutivo quaisquer alterações referentes ao art. 203 da Constituição, mantendo-se, por conseguinte, o texto ora vigente";

- hoje, têm direito ao abono salarial trabalhadores (em linhas gerais) com salário médio mensal de até dois salários mínimos (SM). A PEC 6/2019 pretendia passar o limite para um SM (o que retiraria, em média, 5,7% da renda anual de 24 milhões de trabalhadores que ganham entre um e dois salários mínimos, o que aumentaria a desigualdade social medida pelo índice de Gini (de 0,5475 para 0,5489).

O relator propôs "adotar o mesmo conceito de baixa renda já existente para acesso ao benefício do salário-família, qual seja, renda mensal de até 1.364,43 de reais", ou seja, subir um pouco a faixa de corte. Continua havendo corte substancial da renda de trabalhadores que estão no meio da distribuição, mas o corte é menor que o anterior. Ainda assim, a redução prejudica a renda de muitos trabalhadores;

- não acatar a proposta do governo de lançar para dentro do orçamento da Seguridade a previdência dos servidores públicos federais;

- alterar o dispositivo da PEC original que reduzia de 40% para 28% a parcela dos recursos do PIS/Pasep destinados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES): no lugar, o relator desti-

nou os 28% da arrecadação com o tributo para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), eliminando o repasse de recursos para o BNDES;

- aumentar de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as empresas de seguros privados e do setor financeiro, o que foi duramente criticado por parlamentares do Partido Novo e por Guedes;

- praticamente acabar com as mudanças que o governo queria realizar nas aposentadorias rurais;

- manter o reajuste dos benefícios previdenciários frente à inflação.

Por outro lado, o substitutivo do relator mantém em relação ao projeto do governo:

- a desconstitucionalização das regras previdenciárias, que passam a poder ser modificadas por projetos de lei, o que aumenta a incerteza e insegurança dos trabalhadores;

- a exclusão de receitas da Seguridade da incidência da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que redireciona 30% de contribuições que vão para a Previdência Social para outras áreas;

- o aumento da idade mínima de aposentadoria das mulheres, dos atuais 60 para 62 anos, permanecendo em 65 anos para os homens; mas, em relação ao RGPS, o relator manteve no texto da Constituição a idade mínima de aposentadoria (não permitindo aumento automático da idade mínima, como queria o governo), mas confirmou a eliminação da aposentadoria por tempo de contribuição;

- o tempo de contribuição para a aposentadoria parcial para vinte anos no caso do trabalhador urbano do sexo masculino; no caso das mulheres, rurais e urbanas, permanecem os atuais quinze anos, mas mantém o tempo de contribuição de quarenta anos para a aposentadoria integral para ambos os sexos;

- a regra de se computar a média de todas as contribuições (e não uma média excluindo as 20% menores contribuições) e o valor do benefício correspondente a 60% dessa média, o que rebaixará o valor da aposentadoria parcial.

# ECONOMIA



*Depois de um primeiro trimestre desastroso, com o PIB encolhendo 0,1%, há sérios indicativos de que no segundo trimestre a anemia deverá se repetir. Não se descarta inclusive uma “recessão técnica”, ou seja, dois trimestres seguidos com encolhimento da produção. A essa altura, independentemente do que ainda possa ocorrer nos próximos meses, parece certo que o crescimento econômico em 2019 ficará abaixo do verificado nos últimos anos e será inferior à taxa de crescimento da população brasileira (0,8% a.a.). Trata-se de uma tragédia, a mais grave e prolongada crise da história brasileira, produzida intencionalmente no laboratório do neoliberalismo nativo.*

## Crescimento em 2019 deve ficar abaixo do verificado nos últimos anos

### Nível de Atividade

A se confirmarem as tendências apontadas pelos indicadores econômicos mais recentes, a economia brasileira segue em trajetória recessiva neste segundo trimestre de 2019. Os dois indicadores antecedentes mais importantes de que dispomos no país apresentaram contração na passagem de março para abril, já considerados os ajustes sazonais. De acordo com o Monitor do PIB da FGV a queda teria sido de 0,1%, enquanto para o IBC-Br do Banco Central a contração naquele mês alcançaria 0,47%. Ambos os indicadores, a despeito de utilizarem metodologias diferentes, refletem em grande medida as tendências apontadas pelas pesquisas mensais setoriais realizadas pelo IBGE. De acordo com essas pesquisas, no mês de abril, enquanto a produção industrial e o volume das atividades do setor de serviços oscilaram positivamente

em 0,3%, o volume total de vendas do comércio varejista sofreu uma queda de 0,6%, revelando a debilidade do consumo agregado do país.

Tomando por base o indicador trimestral do Monitor da FGV - mais confiável do que os indicadores mensais para se observar as tendências da conjuntura econômica - registra-se uma queda de quase um ponto percentual (-0,9%) no trimestre encerrado no último mês de abril frente ao trimestre encerrado em janeiro de 2019. Trata-se de um dado bastante preocupante, especialmente porque resultou do recuo dos três setores de atividade considerados pelo Monitor da FGV: a indústria caiu 1,3% no trimestre, os serviços 0,2% e a produção agropecuária 2,0%.

Por outro lado, também quando se observa a conjuntura pela ótica da demanda, os dados são reve-

ladores da gravidade da situação. O indicador do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) de Consumo Aparente de Bens Industriais continua em trajetória de queda, registrando contração de 1,4% no trimestre encerrado em abril e acumulando contração de 3,8% nos primeiros quatro meses de 2019. Corroborando essa tendência, o indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo, apesar de apontar um leve crescimento na passagem de março para abril (0,5%) registrou uma queda de 0,3% no trimestre encerrado em abril, já considerados os ajustes sazonais. Na comparação com abril de 2018, a queda foi de 0,9%. Não por outro motivo, neste primeiro trimestre de 2019 foi registrada a mais baixa taxa de investimento em relação ao PIB de nossa série histórica: 15,5%.

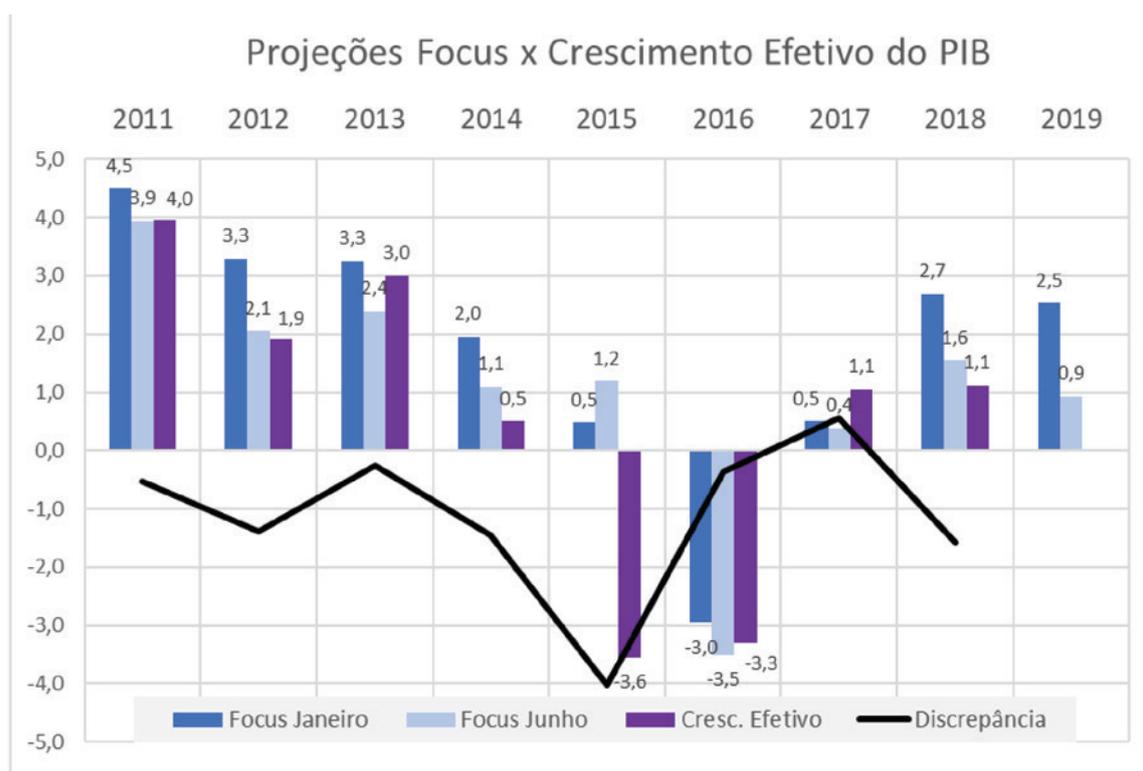
Já no que se refere ao consumo, além da já mencionada queda do comércio varejista, outro indicativo de sua fraqueza é a tendência observada no Índice de Confiança do Consumidor calculado pela FGV. Em maio foi registrada uma queda de 2,9 pontos desse índice frente ao patamar de abril, a quarta consecutiva. Com isso, a perda acumulada nos últimos quatro meses é de dez pontos, levando o

índice a seu menor nível desde outubro de 2018 (85,4 pontos) – cabe assinalar que o ICC varia de zero a duzentos pontos e que níveis abaixo de cem expressam pessimismo.

Além disso, outro indicador que sinaliza dificuldades para a retomada do consumo é o alto endividamento das famílias brasileiras. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em maio foi registrado o quinto aumento consecutivo do percentual de famílias endividadas (63,4%), o maior patamar desde setembro de 2015.

Atentos a esses inequívocos sinais de debilidade da economia brasileira, os analistas de mercado que no início do ano comemoravam a agenda econômica prometida por Paulo Guedes e projetavam um crescimento do PIB de 2019 superior a 2,5% cuidam agora de ajustar suas estimativas ao duro encontro com a realidade. Assim, pela décima sexta semana consecutivas a mediana das estimativas do mercado reunidas pelo Relatório Focus do Banco Central na segunda semana de junho apontava para um crescimento de apenas 0,9% em 2019.

GRÁFICO 1



Fonte: Relatório Focus-Bacen / SCN-IBGE

Como se pode observar no gráfico 1, esse tipo de ajuste das projeções não é novidade. Na verdade, tem sido a regra nos últimos anos e, entre outras coisas, revela que os economistas de mercado (aqueles que atuam nas consultorias financeiras e nos departamentos de economia dos grandes bancos) se dedicam, antes de mais nada, ao exercício de adivinhação de qual será o consenso entre seus pares, deixando em segundo plano a análise fria das variáveis econômicas concretas.

Importante destacar que, a despeito das discrepâncias entre projeção e resultado efetivo serem regra e não exceção, tudo indica que no presente ano a disparidade será ainda mais expressiva. Apenas entre janeiro e junho, a revisão para baixo das projeções do Focus já caiu 1,6 ponto percentual, algo que não foi observado em nenhum dos demais anos considerados na série (obs: em 2012 a redução na estimativa de janeiro para junho foi de 1,2%. Em 2018 e especialmente em 2015 as discrepâncias finais também foram altas, respectivamente 4,1% e 1,6%).

### Comércio Exterior

A balança comercial brasileira segue no campo positivo, porém, em trajetória decrescente. Considerando o período que vai da primeira semana de janeiro à segunda semana de junho, o saldo comercial médio por dia útil foi de 214,5 milhões de dólares em 2019 ante um valor médio de 230,2 de reais no mesmo período do ano passado. Ou seja, houve uma redução do saldo médio por dia útil de 6,2% (US\$ -15,7 milhões). Essa queda foi causada, por um lado, pela redução de 1% das nossas exportações diárias e, por outro, pela elevação de 1% das importações brasileiras.

Mais preocupante, entretanto, é o comportamento do comércio exterior na margem, isto é, a comparação entre os primeiros dez dias úteis do mês de junho e as semanas imediatamente anteriores. Comparando com a média dos dias úteis do mês de maio, registrou-se uma contração de 18,1% do saldo comercial, fruto de uma queda de 5,6% das exportações e uma diminuição das importações de 0,4%.

Entre os fatores que mais têm contribuído para essa

perda de potência do comércio exterior brasileiro certamente o mais importante é o encolhimento do mercado argentino, terceiro maior destino para nossas exportações. Entre janeiro e maio deste ano houve uma queda de 41% das exportações brasileiras para a Argentina, a maior parte delas concentradas em produtos manufaturados (86%). Com isso, nosso saldo comercial que em 2018 alcançou um superávit de 3,18 bilhões de dólares com o país vizinho, encontra-se até o momento no campo negativo, registrando um déficit de 170 milhões de dólares.

Para além da perda de divisas que implica, a deterioração do comércio com a Argentina é ruim especialmente pelo tipo de produto que temos deixado de exportar. O parceiro de Mercosul se consolidou nas últimas décadas como o principal destino de nossas exportações de produtos manufaturados, especialmente automóveis, autopeças e máquinas agrícolas. Com a grave crise que lhes afeta, temos perdido esse importante segmento de nossa pauta exportadora, com prejuízos diretos para empresas instaladas no Brasil. Um exemplo recente é o da Toyota brasileira que destina 30% de sua produção de automóveis para a Argentina e que decidiu encerrar o terceiro turno de duas fábricas no interior de São Paulo, eliminando 840 postos de trabalho.

### Inflação e política monetária

A inflação brasileira, que havia demonstrado uma leve aceleração entre fevereiro e março, perdeu força, e retomou uma trajetória cadente. No último mês de maio, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA (inflação oficial do país calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), registrou uma elevação dos preços de apenas 0,13%, o menor percentual para um mês de maio desde 2006. Com isso, a inflação acumulada no ano alcançou 2,22% enquanto a variação acumulada nos últimos doze meses chegou a 4,66%.

Em face desse comportamento declinante da inflação na margem, a mediana das projeções do Relatório Focus foi revista para baixo, agora com a expectativa de que o IPCA deverá encerrar o ano com uma variação de 3,84%, portanto, bem abaixo do centro da meta, de 4,25%. Apesar disso, a diretoria do Banco Central reunida no último dia 19 de junho,

decidiu manter a taxa Selic em 6,5%, demonstrando um conservadorismo que tem suscitado diversas críticas entre os especialistas.

Para além dos malefícios que esse rigor da política monetária vem produzindo (desestímulo aos investimentos, baixo crescimento econômico, alto desemprego e elevadas despesas com o serviço da dívida) são ainda mais questionáveis as razões explicitadas pelo Banco Central para justificar a manutenção do patamar da Selic. Apesar da atual diretoria ser uma ardorosa crítica da proposta de duplo mandato – o que significa que preconizam que a única variável a ser levada em consideração para definir a taxa de juros deve ser a inflação – alegaram que preferem aguardar a aprovação da reforma da Previdência para decidir sobre a redução da Selic.

### Contas Públicas

No último dia 11 de junho o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei que abriu uma exceção na chamada “regra de ouro”, liberando o Tesouro Nacional para emitir 248 bilhões de reais em títulos públicos para financiar despesas correntes que estavam no orçamento, mas que não contavam com fonte de financiamento. Ao longo do processo de negociação com o Congresso e especialmente com o bloco da oposição, o governo teve que liberar alguns recursos que estavam contingenciados: um bilhão de reais da Educação, um bilhão do programa Minha Casa Minha Vida, 550 milhões de reais para as obras de transposição do São Francisco e mais 330 milhões para o programa de bolsas de estudos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ficou e Tecnológico (CNPq).

A despeito dessas alterações, o quadro fiscal para o ano segue ainda bastante grave e muito dependente da entrada de receitas extraordinárias. No acumulado até abril a receita líquida total do governo central caiu 0,4% em termos reais, enquanto as despesas sofreram um corte de 0,8%. Como se mantém a perspectiva de déficit primário elevado (-1,39% do PIB) o governo insiste no contingenciamento de 32 bilhões de reais, colocando em risco o funcionamento da máquina pública de diversos serviços essenciais, como saúde, educação e segurança.

Entre as receitas extraordinárias que estão na mira do ministro Paulo Guedes, uma das principais é o bônus de assinatura do excedente do pré-sal a ser leiloadado em 28 de outubro deste ano. Serão 106,6 bilhões de reais (dos quais boa parte deverá ser dividida com estados e municípios em troca do apoio à reforma da Previdência) de recursos financeiros que, para serem utilizados, exigirão uma nova Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que altere o teto de gastos. Além disso, outra fonte de receita extraordinária prevista é a devolução de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o Tesouro Nacional. Como bem revelou a recente demissão de Joaquim Levy da presidência do banco, Paulo Guedes não tem poupado esforços para garantir pelo menos 125 bilhões de reais ainda este ano, o que pode, por um lado, desafogar as contas do governo, mas, por outro, deverá dificultar ainda mais a recuperação dos investimentos do setor privado, uma vez que o BNDES vai perdendo seu “funding” para ofertar crédito às empresas.

# FEDERALISMO



*Frente às dificuldades de caixa, prefeitos e governadores buscam novos recursos, entre eles a distribuição a estados e municípios de parte do montante que for arrecadado com o bônus de assinatura no leilão do excedente do pré-sal. A ampliação do Fundo de Participação dos Municípios em 1% é outra aposta de prefeitos. Além disso há o debate acerca da prorrogação dos atuais mandatos municipais para a coincidência das eleições em 2022, que tem despertado o interesse de mandatários municipais, apesar das dificuldades no parlamento e a posição contrária do PT.*

## PEC do fim da reeleição e prorrogação de mandatos

A apresentação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 56/2019, do deputado Peninha (MDB/SC) reacendeu o debate sobre a coincidência de mandatos e o fim da reeleição para o Executivo.

A proposta foi apensada à PEC 376/2009, do deputado Ernandes Amorim (PTB/RO), que, assim, voltou a tramitar.

A PEC tem a seguinte ementa: “Estabelece a coincidência geral dos pleitos para todos os mandatos eletivos, aumenta de oito para dez anos o mandato de Senador, estabelece o mandato de cinco anos para todos os cargos eletivos e põe fim ao instituto da reeleição para os cargos do Poder Executivo”.

Em torno desse debate se movimentaram principalmente prefeitos e prefeitas no exercício do mandato tendo em vista a prorrogação de dois anos. A Confederação Nacional de Municípios (CNM), juntamente com várias associações estaduais passou a se mexer e buscar apoio justificando, principalmente, a redução dos custos das eleições com a coincidência destas.

O deputado Peninha assevera: “As eleições do ano passado custaram cerca de novecentos milhões de reais. Com esse dinheiro seria possível construir quatrocentas creches, comprar 3,5 mil ambulâncias

com UTI móvel ou ainda pagar o salário de quinze mil policiais por um ano. Qual é a prioridade para nós, brasileiros, nesse momento? Educação, saúde e segurança, ou eleição?”

A CNM também procura justificar o apoio à medida pela redução de custos: “A CNM reforça que o objetivo da proposta de reforma é reduzir os custos financeiros e políticos das eleições, incluindo o tempo gasto com as campanhas eleitorais – que intercaladas, desgastam o gestor local a cada dois anos e não quatro, já que ele também se envolve nos pleitos estaduais. Além disso, a mudança possibilita o alinhamento de planejamento e execução de políticas públicas entre a gestão governamental nos três níveis”.

Mesmo tal proposta tendo despertado o interesse de prefeitos e prefeitas, inclusive do PT, o partido tomou posição contrária, ao ver na PEC um grave desvio, emitindo a seguinte nota:

### “O PT E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

O Partido dos Trabalhadores tem posição firmada, histórica e conceitualmente, contra toda e qualquer forma de prorrogação de mandato. O voto da população tem que ser respeitado sempre e a pror-

rogação é uma afronta à soberania popular.

O PT tem entre as suas tarefas centrais a defesa da realização das eleições municipais de 2020. O Partido é contra toda e qualquer manobra de adiamento. Não há nenhuma razão para isso e quem consente com essas manobras acaba atuando em causa própria e contra as causas do povo. Quem deve temer o voto do povo é quem corta os direitos e esvazia a esperança de uma vida melhor. Cabe a nós lutar na direção contrária, convencendo a necessidade de participação, mostrando que a abstenção e a anulação do voto favorecem a direita e aos mais ricos, ligando voto à conquista de uma vida digna.

Nas próximas eleições – e desde já, na sua preparação – devemos buscar o diálogo popular para compreender os problemas dos municípios em meio à estagnação econômica, ao desemprego, à perda do Mais Médicos e dos cortes na educação, no saneamento, no MCMV. A vida do povo piorou muito, não tem perspectiva de melhora e devemos – também nas eleições – discutir as razões que levaram a essa situação. Devemos buscar, junto com o povo, as respostas políticas para os grandes problemas dos municípios. Desde os pequenos municípios até às regiões metropolitanas, as eleições oferecem um cenário para apresentarmos propostas e nossas candidaturas, retomar nossos laços com o povo pobre, a juventude, as mulheres, negros e negras, a população LGBTQI+.

Estamos trabalhando na Direção Nacional do PT para apoiar nossas campanhas nas eleições municipais. Vamos contribuir com os programas municipais com base na democracia, planejamento, gestão participativa e na boa experiência dos programas sociais para beneficiar a grande maioria. Vamos ajudar na construção de redes de comunicação capazes de mobilizar nossa militância e simpatizantes. Vamos aprofundar o diálogo com partidos e movimentos sociais que junto com o PT tem defendido a democracia.

O PT tem muito a fazer para se preparar e conquistar avanços e vitórias nas próximas eleições municipais!”

Apesar de toda mobilização da CNM, por enquanto a PEC não deve avançar, uma vez que na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do dia 18 de junho o requerimento para incluir a PEC na pauta foi rejeitado e o presidente Francischini (PSL/PR), através

das redes sociais assegurou que "como presidente da CCJ, não pautarei o projeto antes de um amplo debate".

### **PEC aumenta 1% o FPM**

Também está na reta final, com grande expectativa de prefeitos e prefeitas, a PEC 391/2007, que prevê a ampliação do FPM de 24,5% para 25,5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR).

A PEC do senador Raimundo Lira, já aprovada no Senado, propõe alterar o artigo 159 da Constituição Federal, que disciplina a distribuição de recursos da União ao FPM, foi aprovada na Comissão Especial no dia 18 de junho e está, assim, pronta para o Plenário. A medida aumenta em mais 1% a participação dos municípios no IPI e IR a ser entregue no primeiro decêndio do mês de setembro de cada ano.

Há acordo no Congresso e a anuência do governo para sua aprovação, por isso prefeitos e prefeitas estão contando com isso.

Apesar da expectativa de prefeitos e prefeitas, a ampliação da participação dos municípios será gradual, sendo de 0,25% nos anos de 2020 e 2021, de 0,5% em 2022 e, apenas a partir de 2023 passará a ser de 1%, ou seja, o alívio às finanças municipais acontece apenas na próxima gestão.

### **Bônus de assinatura do pré-sal**

Com expectativa de alívio ainda esse ano para as contas dos municípios está a participação de estados e municípios nos recursos arrecadados pela União com o leilão do excedente da cessão onerosa do pré-sal, a ser feita segundo a lei da partilha no segundo semestre, segundo o governo.

A União espera arrecadar cerca de 106 bilhões de reais com o Bônus de Assinatura, que as empresas devem pagar ainda esse ano. Há projetos e expectativa de participação de estados e municípios no acesso a esses recursos. Existe uma emenda da bancada do PT no Senado que prevê 50% para estados e municípios e o governo sinaliza contraditoriamente em relação a essa participação.

Prefeitos e prefeitas esperam por esses recursos para fechar as contas de 2019.

# TERRITORIAL



Esta seção aborda o impacto da expansão das legislações estaduais que flexibilizam a questão fundiária na Amazônia Legal. Aponta o enfraquecimento da política pública de agricultura familiar no governo Bolsonaro, a exoneração do presidente da Funai e a volta da função de demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura.

## Expansão das legislações estaduais na Amazônia legal

No que se refere ao meio ambiente observa-se elevação do ritmo do desmatamento de 20% entre agosto de 2018 e abril de 2019, resultado não só do enfraquecimento das políticas públicas do governo federal aplicadas no período pós-golpe, mas também da flexibilização da legislação dos estados. Estimativas da organização Imazon mostraram que um terço da Amazônia Legal não possui destinação fundiária e a maior parte desses territórios pertence às unidades federativas, portando submetidos às legislações estaduais.

No âmbito do governo federal, destaca-se a Medida Provisória nº 759/2016, aprovada pelo Congresso em 2017, que versa sobre alteração na legislação fundiária. A MP beneficiou a grilagem via expansão da área

passível de titulação, funcionando como uma espécie de anistia aos grileiros de terras invadidas.

Quanto aos estados, foram observadas pela Imazon flexibilização nas legislações fundiárias da Amazônia legal aprovadas por assembleias estaduais do Amapá (em 2018) e do Mato Grosso (em 2019), ambas favorecendo a grilagem. A Assembleia Legislativa do Pará também aprovou um projeto de flexibilização fundiária em 11 de junho de 2019, porém ainda aguarda aprovação do governador para ter validade. Essa lógica frente ao afrouxamento das leis fundiárias estaduais e federais acontece em pleno cenário de perda da biodiversidade, impactando o enfrentamento das mudanças climáticas e o combate à degradação ambiental.

## Agricultura familiar

Em 29 de maio deste ano, em Roma, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) fez o lançamento do tema da Década da Agricultura Familiar com o objetivo de colocar em prática um plano de ação global contra a fome e a pobreza rural até 2028. Entre os objetivos específicos do plano de ação da FAO destacam-se criar um ambiente político propício para fortalecer a agricultura familiar, apoiar os jovens, fomentar a igualdade de gênero, impulsionar as organizações de produtores, melhorar sua inclusão e resiliência, conseguir sustentabilidade e inovar em favor do desenvolvimento territorial.

Em meio ao lançamento da campanha mundial da FAO, os agricultores familiares brasileiros não têm nada a comemorar e enxergam com preocupação a perda dos direitos adquiridos nas últimas décadas. Entre os problemas enfrentados, destacam-se os cortes de quase 40% no orçamento do Ministério da Agricultura, afetando diretamente o financiamento da produção de toda uma cadeia de pequenos produtores, especialmente os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e extrativistas. No governo Bolsonaro houve suspensão de repasse de oitocentos milhões de reais em verbas que seriam direcionadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Ao todo já foram contingenciados 6,8 milhões de reais do conjunto de iniciativas que integram o Plano Safra 2018/2019.

O Brasil ainda corre o risco de voltar ao Mapa da Fome da ONU, a depender do resultado do relatório previsto de ser divulgado pela instituição neste mês de junho. Essa preocupação ocorre não só pelo corte no financiamento governamental, mas pela desestruturação de toda a política agrária de priorização da agricultura familiar, a favor das demandas dos grandes proprietários rurais centrados no agronegócio e produção de commodities.

## Povos indígenas

Por meio de nova medida provisória o presidente Jair Bolsonaro reverteu decisão do Congresso Na-

cional e retorna a responsabilidade de demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Publicada em 19 de junho deste ano, a MP 886 foi publicada no Diário Oficial da União e indica que são áreas de competência do Mapa a reforma agrária, a regularização fundiária de áreas rurais, a Amazônia Legal, as terras indígenas e titulação de quilombolas.

Em 28 de maio deste ano, o Senado votou pela aprovação da MP 870/2019, mas também votou pelo retorno da Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) para o Ministério da Justiça, que reincorporou a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas que tinha sido alocada no Mapa. A versão da MP foi submetida ao Senado no formato de projeto de lei depois de ter sido aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 22 de maio.

O resultado da votação do Senado havia sido considerado uma vitória dos povos indígenas por estar entre as principais reivindicações das lideranças indígenas brasileiras que se reuniram em torno do Acampamento Terra Livre em abril, ocorrido em Brasília. O encontro contou com cerca de quatro mil índios e, ao longo do tempo que estiveram em Brasília, as representações indígenas reuniram-se com os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados para pedir apoio na alteração dos efeitos da MP 870/2019. Torna-se relevante mencionar que existe na Funai a reivindicação da demarcação de 154 territórios indígenas aguardando posicionamento do órgão. A publicação da nova MP de Bolsonaro causa conflito com o poder Legislativo e coloca o governo como principal inimigo dos povos originários.

## Funai

Atualmente, os índios ainda têm como conquista frente aos retrocessos bolsonaristas, a volta da Funai para o Ministério da Justiça, entretanto os ruralistas não estão satisfeitos com a decisão e pediram a cabeça do presidente do órgão. A exoneração do presidente da Funai, Franklimberg Ribeiro de Freitas, foi motivada por pressão dos ruralistas conduzidos por Luiz Antônio Nabhan Garcia (secretário

de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e presidente licenciado da União Democrática Ruralista).

Segundo Franklimberg, a motivação de sua exoneração foi sua resistência em acabar com o Departamento de Proteção Territorial da Funai – área destinada a proteção, identificação e demarcação de terras indígenas. O desejo dos ruralistas foi atendido e a função de demarcação das terras da Funai foi extinta com a nova MP em meio ao retorno da organização para o Ministério da Justiça.

Franklimberg Freitas fez críticas ao andamento da política indígena do governo Bolsonaro e fez o se-

guinte pronunciamento aos servidores da Funai: “Quem assessora o senhor presidente não tem conhecimento de como funciona o arcabouço jurídico que envolve a Fundação Nacional do Índio. O presidente está muito mal assessorado a respeito da condução da política indigenista no país. E quem assessora o senhor presidente da República é o senhor Nabhah. Que, quando fala sobre indígena, solta ódio aos indígenas”. A Funai está em processo de transição do MMFDH para o Ministério da Justiça, mas o futuro da instituição e de seus objetivos originários ainda são incertos

# COMUNICAÇÃO



Esta seção analisa as repercussões do escândalo que envolve o ex-juiz Sergio Moro e a força tarefa da Vaza Jato nas redes sociais, na imprensa tradicional brasileira e na mídia internacional.

## A repercussão da Vaza Jato na imprensa nas redes sociais

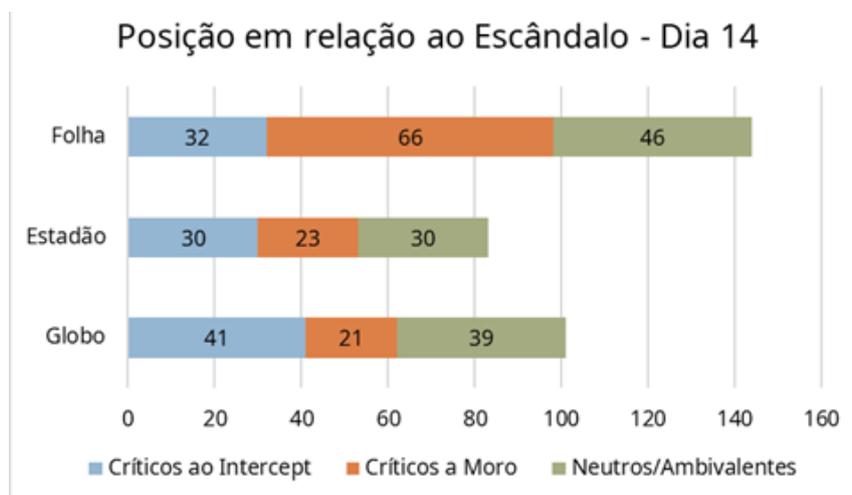
### Imprensa brasileira reduz cobertura

O site *Manchetômetro*, que acompanha a cobertura da mídia tradicional sobre temas de economia e política, divulgou análise segundo a qual a *Folha de S.Paulo* se destaca na cobertura do escândalo que envolve o ex-juiz Sergio Moro e os procuradores da Lava Jato. Já o *Estadão* parece não ter muita direção e *O Globo* se aferra na defesa do ex-juiz e da operação, ecoando frequentemente suas razões e

evasivas. A posição do Grupo Globo se confirma no *Jornal Nacional*, que nem sequer dá espaço ao escândalo, como se não interessasse à sua audiência.

O *Manchetômetro* apurou que apesar do início da cooperação entre a *Folha de S.Paulo* e o *Intercept* para a divulgação do material da Vaza Jato, o noticiário do dia 23 de junho trouxe apenas treze textos sobre o tema, a menor quantidade da série. E o *Jornal Nacional* novamente silenciou sobre o escândalo na edição do dia 22.

Número de textos publicados desde o primeiro dia da cobertura do escândalo (10/06/19)



Fonte: Manchetômetro

A *Folha de S. Paulo* trouxe seis textos sobre o tema na edição de 23 de junho, cinco deles críticos ao ex-juiz. O jornal apresentou três longas reportagens sobre o caso: a primeira com as novas conversas reveladas, a segunda com a versão de Moro sobre o caso e a terceira com a nova série de reportagens produto da cooperação entre a *Folha* e o *Intercept*. Publicou ainda o texto de Elio Gaspari, que também apareceu em *O Globo*, e uma coluna de Jânio de Freitas, que defendeu a atuação do Intercept, criticou Sergio Moro e afirmou que o combate à corrupção só pode ser realizado por gente honesta. A manchete do jornal destacou o apoio da Lava Jato a Moro em momento crítico com duas citações ao lado do texto principal, comprovando as conversas.

Já *O Globo* publicou apenas quatro textos, dois deles neutros. E o *Estadão* continuou a dar pouca importância ao escândalo, com três textos.

**Editoriais** – Embora reconheçam a ilegalidade das conversas mantidas por Moro com os procuradores divulgadas pelo Intercept, os três maiores jornais diários seguem na defesa ferrenha da Lava Jato. A *Folha* publicou no dia 11 o editorial “Pelo devido processo”, que abre dizendo que a revelação da proximidade, às raias da promiscuidade, entre Moro e os investigadores da Lava Jato não surpreende. “A Lava Jato tem uma obra invejável a defender. Quebrou paradigmas de impunidade em elites empresariais e políticas que se lançaram numa corrida desleal e corrupta por privilégios, poder e negócios. Mas, com alguma frequência, foi flagrada também a praticar heterodoxias processuais e a patrocinar invectivas que ameaçam direitos fundamentais de quem é perseguido por um braço do Estado.” E conclui: “Não é forçando limites da lei que se debela a corrupção. Quando o devido processo não é estritamente seguido, só a delinquência vence.”

Já o *Estadão* publicou também no dia 11 o editorial “Muito a esclarecer”, no qual defende a renúncia de Moro e o afastamento dos procuradores do caso até o esclarecimento dos fatos. “Se as mensagens forem verdadeiras, indicam uma relação totalmente inadequada – e talvez ilegal – entre o magistrado e os procuradores da República, com implicações políticas e jurídicas ainda difíceis de mensurar”, diz o texto.

Contudo, outro editorial, “Dos heróis e das leis”, pu-

blicado no dia 12, sugere que estão no mesmo patamar aqueles que colocaram o ex-juiz Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol no papel de heróis e os que defendem os direitos do ex-presidente Lula. O texto defende os avanços promovidos pela Operação Lava Jato, com a ressalva de que a lei deve ser sempre cumprida.

“O fato de haver parcela expressiva da sociedade que põe presidentes da República acima das leis ou classifique como ‘heróis’ servidores que se sobressaem no cumprimento de suas obrigações institucionais diz sobre o nosso grau de amadurecimento político.”

No caso do jornal *O Globo*, o editorial do dia 11 “As controversas mensagens entre Dallagnol e Moro” começa por enaltecer as descobertas da operação Lava Jato. “Sabe-se que é natural o convívio entre procuradores e juízes. E a constituição de forças-tarefas (entre MP, polícia e Justiça) é de comprovada eficácia.” E argumenta que o hackeamento de conversas é “crime grave, que expõe todos e viola direitos básicos do cidadão” e “a origem do material e a forma como foi divulgado deixam dúvidas”.

O texto diz ainda que o argumento do PT sobre a falta de isenção de Moro e de procuradores só vale no campo da luta política, porque essa estratégia não pode contaminar o Judiciário e os conselhos da magistratura e dos procuradores.

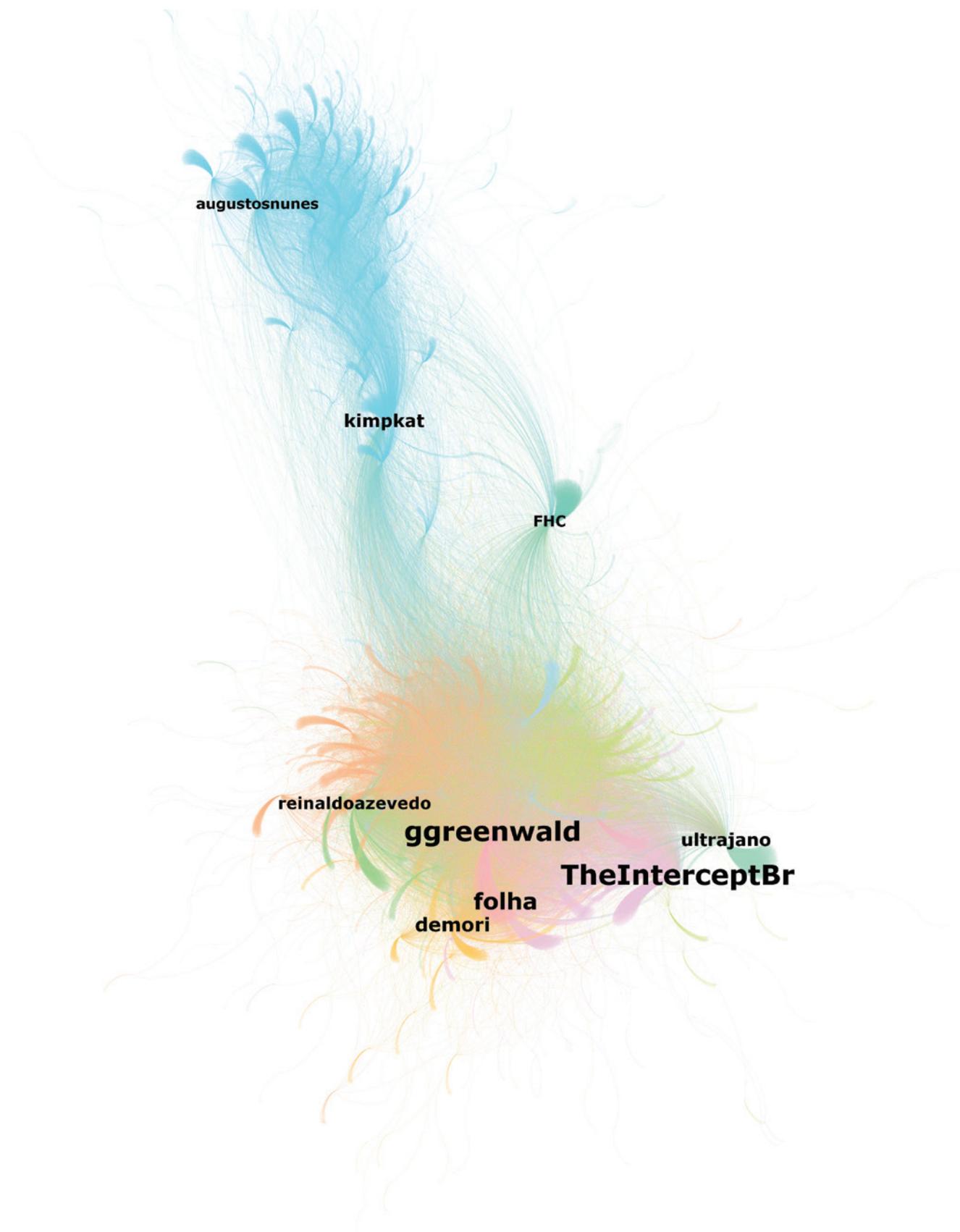
### Moro, MBL e Folha de S. Paulo nas redes

No grafo, para além dos usuários e conexões, é importante observar que apoiadores de Sergio Moro compõem 29,48% dos usuários unidos em um mesmo agrupamento, com pouca capilaridade entre outras redes que não a bolsonarista que, nessa altura, protagoniza a defesa de Sergio Moro. Já os detratores de Moro formam uma rede de oito significativos agrupamentos, com mais de 64,21% da rede. Essa capilaridade dos agrupamentos expõe outra ação acertada do Intercept: com o compartilhamento de conteúdo com a *Folha*, acaba por atingir outros agrupamentos e, conseqüentemente, usuários nas redes sociais online que não eram atingidos anteriormente.

Foram coletadas 143,8 mil ocorrências ligadas ao escândalo da Lava Jato no domingo, 23 de maio.

Predominaram as hashtags *#tontosdombl*, *#vazajato*, *#MoroMentiu*, *#RatoMoro*, *#LulaLivre\_* e *#Dia30PeloBrasil\_*. Observa-se que os movi-

mentos de extrema direita utilizam a polarização também para convocar seus apoiadores para manifestação do dia 30.



Em dia marcado por ataques ao MBL por notícia da *Folha de S. Paulo* na qual Moro os teria chamado de “tontos”, a movimentação acabou por empurrar MBL e Kim Kataguirí novamente para o centro bolsonarista das redes sociais online que, até aqui, eram os que encabeçavam a defesa do ex-juiz. O agrupamento, porém, acaba sendo o mesmo, o que dificulta e dificultará cada vez mais novas ações do MBL que tentem se mostrar “independentes” do Bolsonarismo. FHC, por sua vez, dialoga com agrupamentos distintos do bolsonarista no Twitter e acaba abrindo um novo “flanco de defesa” de Moro, ainda que muito reduzido.

Para além de uma capilaridade significativa dos agrupamentos que o atacam, destaca-se também um processo extraordinário daquelas redes o afrontam, que acabam por “fagocitar” as redes da *Folha* e de Reinaldo Azevedo. Assim, a imprensa tradicional que historicamente se posicionava entre os polos da política agora vê parte significativa de seu agrupamento integrar as redes de esquerda/progressista, com forte presença ainda de *Intercept*, *Greenwald*, *Demori*, *agsportlight*, *CBNoficial*, *Monica Bergamo* e outros.

### A Vaza Jato na mídia estrangeira

As conversas entre os integrantes da força-tarefa da Lava Jato que têm sido expostas primeiro pelo site *The Intercept* do jornalista Glenn Greenwald e, depois, por outros veículos que estão se associando a ele, são o principal assunto das reportagens que foram publicadas sobre o Brasil na imprensa estrangeira.

O conteúdo é o foco das notícias, que não dão importância à argumentação do atual ministro da Justiça e dos procuradores de que as conversas foram sequestradas por um grupo criminoso de hackers cujo objetivo é atacar a Lava Jato e libertar corruptos. Assim, no resto do mundo a imparcialidade de Moro enquanto era juiz está sendo questionada, bem como se aponta a possibilidade de a Operação Lava Jato ter atuado expressamente com o objetivo de impedir a candidatura do ex-presidente Lula. Esses dois pontos foram levantados em absolutamente todas as reportagens que trataram do tema em veículos estrangeiros.

A primeira leva de reportagens publicadas pelo site *The Intercept* foi a que causou o maior volume de notícias em veículos de imprensa de outros países. Jornais influentes como o francês *Le Monde* questionaram se a investigação que revelou o que seria o maior escândalo de corrupção da história do Brasil, possa ser, ela mesma, manipulada. O *Washington Post* informou que as relações mantidas por juiz e procuradores podem gerar questionamentos legais. O *New York Times* apontou que a integridade da Lava Jato está em dúvida. O inglês *The Guardian* chamou atenção para o fato de as relações entre Moro e Dallagnol serem proibidas pela Constituição brasileira. Já a *Al Jazeera* informou que procuradores e juiz trabalharam de forma coordenada para impedir que Lula fosse candidato em 2018.

Os questionamentos sobre a condenação do ex-presidente Lula e o viés da Operação Lava Jato também circularam no mundo em veículos importantes para o mercado financeiro como o *Financial Times*, *Wall Street Journal* e *The Economist*. Estes não assumiram posicionamentos que questionem a parcialidade da Operação, mas apontaram que a suspeita existe. A *Economist* afirmou que a operação anticorrupção pode se autodestruir.

As demais conversas publicadas pelo Intercept, depois, por Reinaldo Azevedo e, por último, pela *Folha de S. Paulo*, não causaram o mesmo estrondo na imprensa estrangeira. Ou seja, não há um acompanhamento diário e tão aprofundado como o que ocorreu em 2016 durante o golpe contra Dilma Rousseff. A diferença entre os dois momentos é a mobilização popular. Este é um fator que afeta a conjuntura do país e determina a relevância para publicação. No entanto, é certo que os maiores veículos de jornalismo do mundo estão acompanhando o desenvolvimento do caso.

No dia 23 de junho, a influente revista alemã *Der Spiegel* publicou a reportagem “O juiz e o seu presidente”. O texto reproduz alguns trechos de conversas que demonstram que os promotores atuavam de forma coordenada com Sérgio Moro para influenciar a política brasileira. Dois dias antes, em 21 de junho, o francês *Le Monde* publicou uma matéria sobre a ida do ministro da Justiça ao Senado. A manchete diz que o “ex-juiz se defende, mas não

convence”. O texto afirma que Moro tenta transformar o caso em um questionamento sobre a Operação Lava Jato e não sobre a sua conduta pessoal.

De maneira geral, os questionamentos feitos pela imprensa estrangeira sempre aparecem acompanhados da explicação de que no Brasil não é permitida relação entre juízes e promotores tal como a que Moro e Dallagnol mantinham. Além disso, a imagem de Moro vem sendo questionada em função de ter sido ele o juiz que condenou Lula abrindo caminho para a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro e, depois, tornou-se ministro da Justiça do atual governo. Já a motivação da Operação foi instada por causa da postura dos promotores com relação à possibilidade de Lula conceder entrevista à *Folha de S. Paulo* e, assim, beneficiar a candidatura de Fernando Haddad à presidência da República.

Os trechos de conversas em que promotores demonstravam desejo de que o Partido dos Trabalhadores não voltasse ao poder também foram mencionados. As dúvidas de Deltan Dallagnol com relação às provas contra Lula foram citadas em muitas notícias. Na maioria, os jornais relacionaram essa insegurança com o fato de Lula sempre ter dito que é inocente e que sofre perseguição.

O jornal estadunidense *The New Republic* apontou que nesse período marcado por teorias conspiratórias, há grande possibilidade de que essa teoria seja comprovada. Apesar da atenção às dúvidas do acusador, poucas publicações mencionaram as provas indiretas citadas pelo próprio Dallagnol.

Além disso, foram poucos os veículos que mencionaram a possibilidade de as acusações contra Lula serem falsas. Os mais claros nesse sentido foram o francês *Libération* e *The New Republic*.

Boa parte dos meios de comunicação estrangeiros reproduziu os posicionamentos públicos de Dilma Rousseff, Fernando Haddad e de alguns outros integrantes da esquerda que foram ouvidos em reportagens. No entanto, essas posições apareceram sempre no final das reportagens, sem tanto destaque. Alguns analistas políticos e consultorias como Eurasia e Arko Advice também foram consultados.

Entre os especialistas, há quem ache que o “barulho” causados pelas revelações vai se restringir às redes sociais. Outros, como Caros Melo do Ibmecc, fizeram duras críticas às relações estabelecidas entre Moro e o Ministério Público Federal. As palavras ditas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello também foram reproduzidas em diversas publicações. Tanto Eurasia quanto a Arko estimam que Sergio Moro vai sofrer um duro abalo em sua imagem assim como a Operação Lava Jato como um todo. As consultorias acreditam que o caso pode respingar no governo, mas que não deve afetar a agenda econômica do Planalto.

O jornalista Glenn Greenwald deu credibilidade às informações. Ele sempre é lembrado como vencedor do prêmio Pulitzer por ter publicado os segredos do governo dos Estados Unidos revelados pelo ex-funcionário da CIA Edward Snowden.

# MOVIMENTOS SOCIAIS



*Centrais sindicais, ao apresentarem sua versão da greve de 14 de junho, a consideraram bem sucedida. Mais de trezentas cidades brasileiras realizaram paralisações, envolvendo 45 milhões de pessoas.*

## Greve envolveu trezentas cidades e 45 milhões de pessoas

Para quem mora na cidade de São Paulo, acordar no dia 14 de junho ao som dos ônibus que circulavam pelas ruas teve gosto amargo de frustração. A cena não combinava com um dia de greve geral. Os trens suburbanos também correram naquele dia. O metrô, bravamente, não circulou – exceto em linhas que não empregam seres humanos na condução das composições e noutras em que o governo do Estado constrangeu trabalhadores da área administrativa a pilotar os trens.

Mas a capital paulista não foi o retrato fiel da greve. Outras metrópoles fizeram a lição de casa com a paralisação dos transportes públicos – sem o que, de fato, não se consegue fazer greve geral.

As centrais sindicais, ao apresentarem sua versão da greve, a consideraram bem sucedida. Mais de trezentas cidades brasileiras realizaram paralisações, envolvendo 45 milhões de pessoas.

Durante todo o dia, a mídia convencional tratou de

mobilizar as pessoas para ir ao trabalho, enfatizando em boletins ao vivo a iminente volta do metrô ou a livre circulação de trens. Não faltaram tampouco histórias de pessoas que teriam sido prejudicadas pela mobilização.

Mas a máquina de divulgação fez o seu papel de sempre. O que de fato jogou pesado contra a greve foi a própria conjuntura econômica e social. Emprego escasso gera temor. O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em seus balanços anuais de greve, comprova isso: os anos Lula, com crescimento econômico e desemprego próximo a zero, foram os mais pródigos em greves, tanto no setor público quanto na iniciativa privada.

O arrocho não foi a única face da repressão. Na capital paulista, sede de dois governos conservadores, um deles fã declarado do bolsonarismo, a greve vinha sendo combatida meses antes de ter sido declarada. Os metroviários, cuja data-base ocorre

em maio, tiveram de recorrer à Justiça do Trabalho para obter o direito de vestir coletes com pautas de sua campanha salarial. A prática, já tradicional na categoria, havia sido punida com advertência na ficha dos trabalhadores e trabalhadoras, decisão da empresa depois interditada no tribunal.

Sem falar na ameaça sempre presente de multa aos sindicatos dos transportes. O Sindicato dos Metroviários ainda hoje tem recursos financeiros sob judge por conta da participação na greve geral de 2017. O Sindicato dos Condutores também foi punido dessa forma em outras mobilizações.

Neste ano, a ameaça de multa foi agravada pela situação de caixa dos sindicatos. Com o fim do repasse do imposto sindical e com a já histórica baixa sindicalização, atrever-se a fazer greve exigiria mais coragem que o normal.

No caso dos ônibus da capital, reportagem do jornalista Vitor Nuzzi, na Rede Brasil Atual, conta que o presidente do sindicato da categoria, o deputado federal Valdevan Noventa (PSC-SE), teria se reunido com o prefeito Bruno Covas na véspera e então decidido esvaziar a mobilização. Valdevan foi eleito por Sergipe, para onde mudou seu domicílio eleitoral e se isolou das investigações policiais contra ele – uma das acusações é de assassinato por ocasião de eleições sindicais.

O governo e seus representantes na mídia utiliza-

ram São Paulo como exemplo de que a greve não funcionou. Falso. Imagens de Brasília e outras cidades totalmente paradas correram as redes sociais. Mesmo São Paulo sofreu impacto, uma vez que o transporte coletivo não circulou em áreas da região metropolitana como Guarulhos e cidades do ABC, que têm parcela importante de seus moradores com emprego na capital.

Outro ponto que merece destaque na greve deste ano é a participação de estudantes secundaristas e universitários, que no embalo das mobilizações de 15 e 30 de maio contra os cortes de verbas na educação pública somaram-se à luta contra a retirada de direitos previdenciários.

O balanço da greve deste ano precisa considerar que o movimento sindical brasileiro sofre a mais intensa perseguição desde a ditadura militar – em vários aspectos cada vez mais parecida aos dias que correm – com asfixia financeira e criminalização sem precedentes. A greve geral do último dia 14 de junho, sob este aspecto, foi especialmente ousada e desafiadora. A proximidade com o movimento estudantil, por sua vez, é algo a ser valorizado e preservado.

No próximo dia 12 de julho está programado o Dia Nacional de Mobilização contra a Reforma da Previdência. O sindicalismo tenta reafirmar que está forte e tem um papel a jogar em benefício do país.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

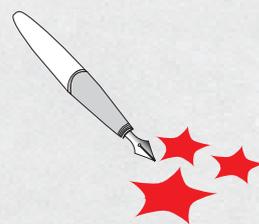
Partido dos Trabalhadores

## EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Codas. Equipe editorial: Antonio Carlos Carvalho (advogado); William Nozaki (cientista social); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Sergio Honório (engenheiro); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Luana Forlini (internacionalista); Jordana Dias Pereira, Matheus Toledo, Paulo C. Ramos e Vilma Bokany (sociólogos); Rose Silva, Pedro Simon Camarão e Isaías Dalle (jornalistas); Leo Casalinho e Pedro Barciela (análise de redes sociais) e Eduardo Tadeu Pereira (historiador). Revisão: Fernanda Estima. Foto capa: Sérgio Silva. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 26 de junho de 2019.



# BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091  
Vila Mariana - São Paulo - SP

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)